



cegero
UMA COOPERATIVA
DE PESSOAS

PAC 2023

*Prestação Anual
de Contas*

Índice

Relatório da Administração	2
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Societárias	22
Balanco Patrimonial	23
Demonstração das Sobras e Perdas	24
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	25
Demonstração do Fluxo de Caixa	26
Notas Explicativas	27
Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal	50
Relatório dos Auditores Independentes	50
Parecer do Conselho Fiscal	52
Relatório de Recomendações dos Auditores Independentes para Aprimoramento dos Controles Internos	53
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Regulatórias	59
Balanco Patrimonial	60
Demonstração do Resultado do Exercício	61
Demonstração do Resultado Abrangente	62
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	63
Demonstração do Fluxo de Caixa	64
Notas Explicativas	65
Notas Conciliatórias Societária X Regulatória	87
Relatório dos Auditores Independentes	91

RELATÓRIO DA *ADMINISTRAÇÃO* 2023



cegero
UMA COOPERATIVA
DE PESSOAS

Missão

Oportunizar qualidade de vida e geração de riqueza à família associada e a consumidores, por meio da distribuição de energia elétrica com qualidade, segurança e eficiência, a partir dos princípios do cooperativismo e do desenvolvimento sustentável.

Visão

Estar entre as cinco melhores cooperativas de energia elétrica do Brasil em qualidade, eficiência e satisfação do consumidor até o ano de 2024, visando o desenvolvimento socioeconômico dos associados, consumidores e colaboradores.

Valores

- Cooperação em todas as atividades;
- Interesse pelo desenvolvimento da comunidade;
- Respeito às pessoas;
- Excelência na prestação de serviços;
- Isonomia nas decisões;
- Transparência;
- Ética;
- Respeito ao Meio Ambiente

1) PRESTAÇÃO DE CONTAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A) RELATÓRIO DA GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2023

Senhores Associados

Cumprindo às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Associados, o relatório das atividades realizadas por esta diretoria durante o exercício social de 2023.

Carta do Presidente

O Presidente do Conselho de Administração da Cegero apresenta o relatório da administração do exercício de 2023, certo de que nossas ideias e ações estão condizentes com o negócio da cooperativa que é distribuir energia elétrica.

Os pilares que guiam nossas atividades são:

- **Transparência:** Uma Cooperativa é uma organização que pertence a todos os associados. Logo, todos precisam ter 100% de clareza do que se passa dentro da mesma. A transparência é fundamental na gestão da Cooperativa e faz parte na nossa essência.
- **Pertencimento:** Não existe apenas um presidente. Todos os associados fazem parte e são corresponsáveis pela cooperativa. Todos precisam e devem ter voz ativa durante a gestão da mesma, por meio das Assembleias Gerais e acompanhamento periódico dos resultados da Cooperativa.
- **Isonomia:** Não pensando apenas em um, mas em todos. Que todos tenham acesso aos mesmos serviços e recursos, sem discriminação. Esse é um dos pilares do cooperativismo que direciona e mantém firme nosso propósito. Uma cooperativa de todos e para todos.

Por fim, reforço nosso compromisso com os associados de buscar sempre a menor tarifa e entregar uma energia com qualidade e confiabilidade do sistema.

Francisco Niehues Neto

Presidente do Conselho Administrativo

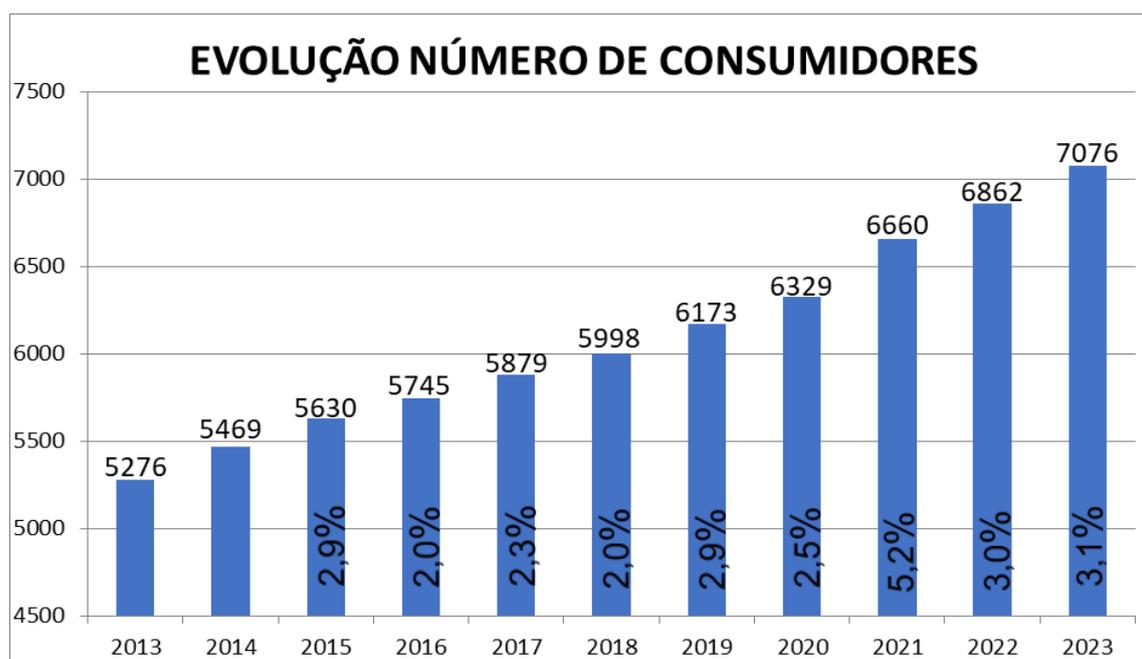
Cenário

A CEGERO atua no segmento de distribuição de energia elétrica, ao longo de 60 anos de existência.

A Cegero distribui energia elétrica em 5 municípios de atuação, sendo 100% do Município de São Ludgero, e poligonais que abrangem parcialmente os Municípios de Braço do Norte, Orleans, Tubarão e Pedras Grandes.

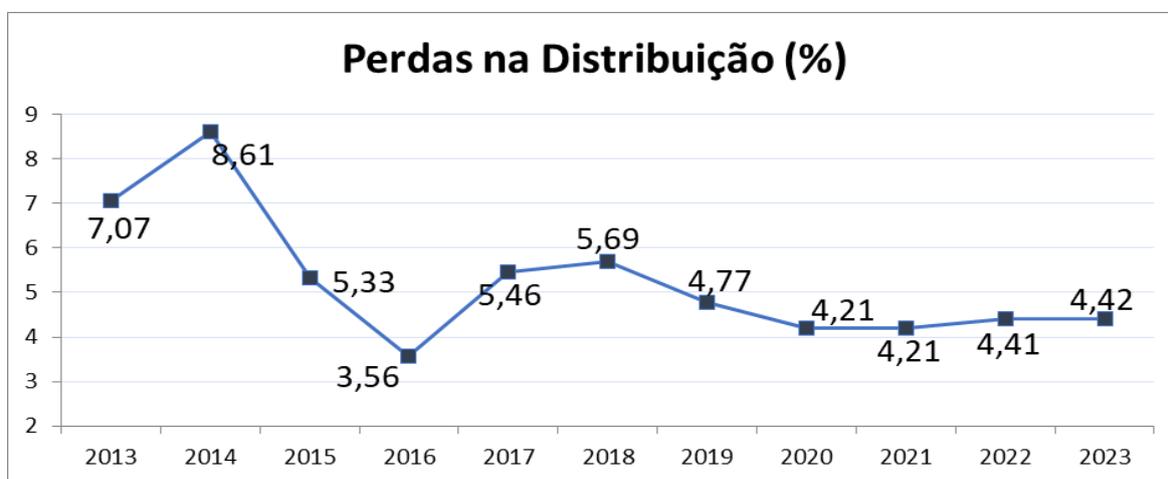
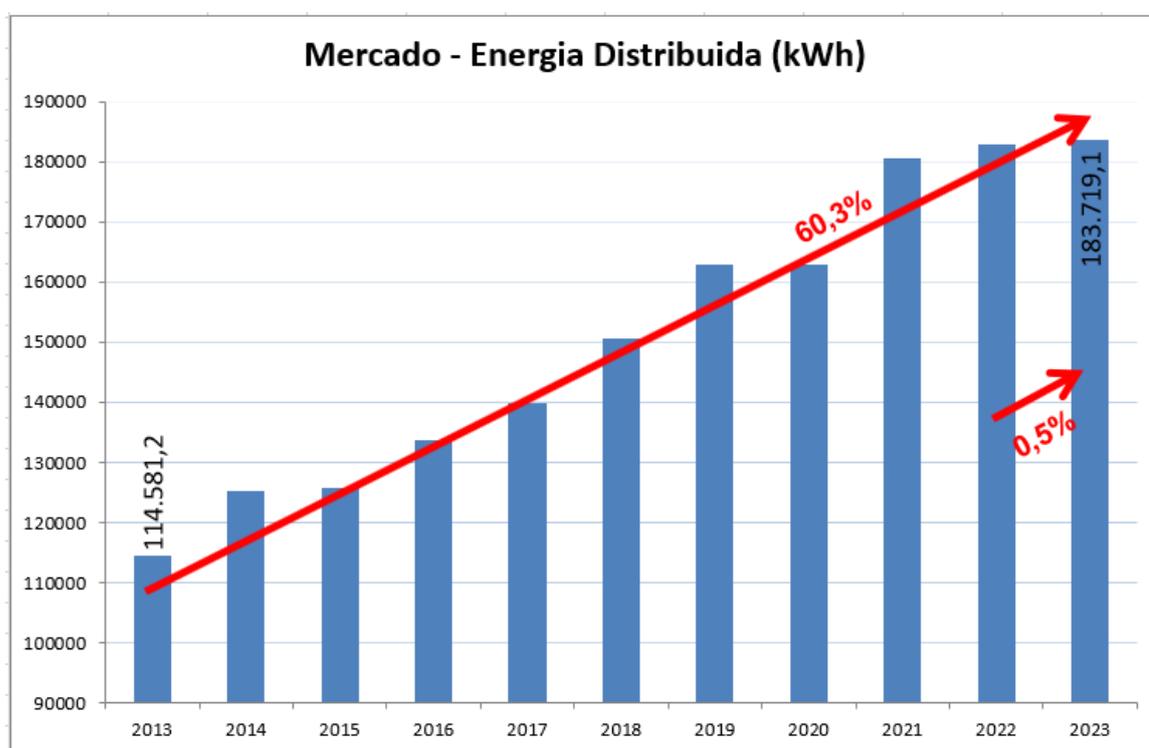
Ligações de Consumidores: No ano de 2023, foram geradas faturas de energia para 7.076 unidades consumidoras, totalizando 214 novas ligações em relação a 2022.

Consumidores	2019	2020	2021	2022	2023
Residencial	4.628	4.746	5.006	5.209	5.450
Industrial	140	154	173	174	181
Comercial	510	542	575	603	604
Rural	801	790	806	773	739
Poderes Públicos	45	48	48	51	50
Serviços Públicos	38	39	40	41	41
Iluminação Pública	05	05	07	07	07
Consumo Próprio	06	05	05	04	04
Total	6.173	6.329	6.660	6.862	7.076
Variação	2,92	2,53	5,23	3,03	3,12



Comportamento do Mercado: No período de janeiro a dezembro de 2023, a Cegero adquiriu um total de 192.211.524 kWh e distribuiu 183.719.105 kWh, com uma perda na distribuição de energia de 4,42%, ou seja, 8.492.419 kWh. Por sua vez, a energia elétrica distribuída aos associados, registrou um crescimento de 0,48% em relação ao ano de 2022.

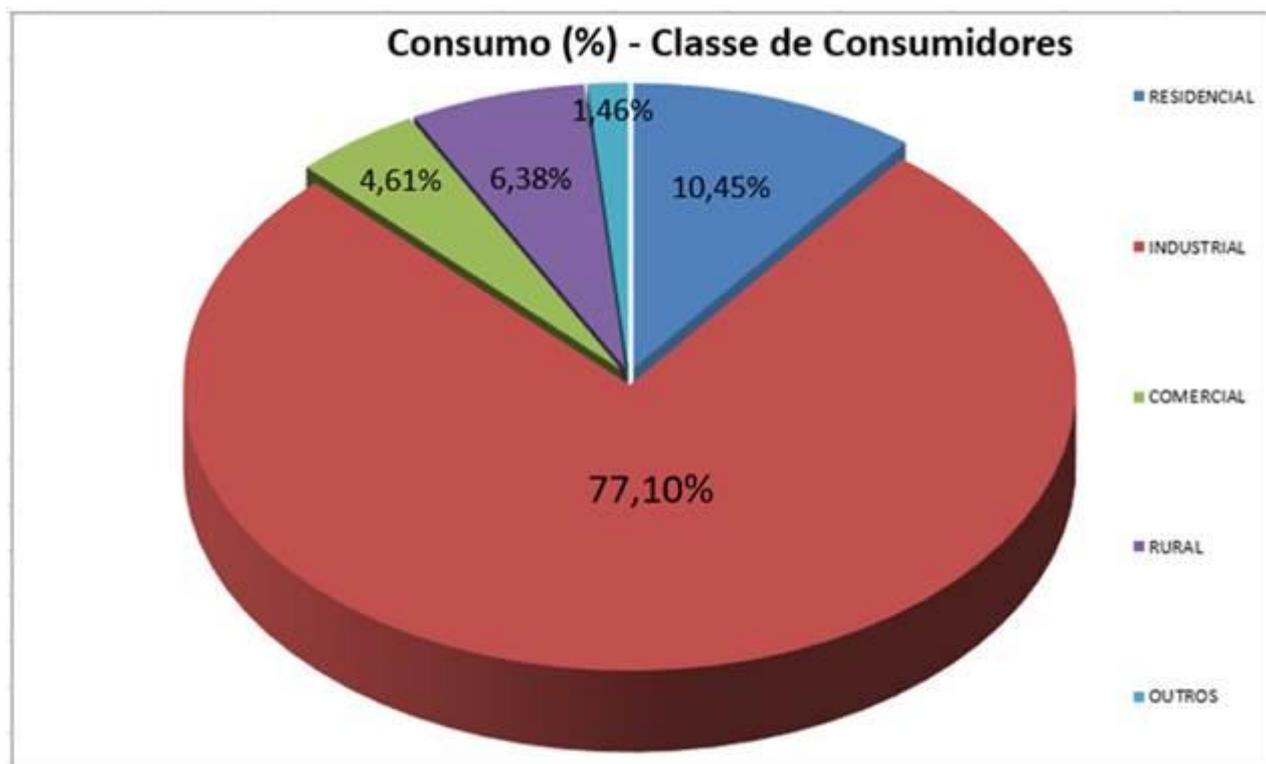
ENERGIA em MWh	2019	2020	2021	2022	2023
Adquirida	170.977,50	170.122,50	188.529,50	191.267,90	192.211,58
Distribuída	162.812,80	162.968,10	180.591,70	182.831,60	183.719,11
Perdas	8.164,60	7.154,40	7.937,80	8.436,30	8.492,47
Perdas %	4,77	4,21	4,21	4,41	4,42



Consumo Percentual por Classe de Consumo: A seguir são apresentados os percentuais de consumo de energia elétrica, divididos por classe de consumo, números que mantém dados históricos estáveis ao longo dos últimos anos.

CLASSE	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Residencial	9,25	9,47	9,84	9,27	9,54	10,45
Industrial	79,73	78,45	77,90	79,16	78,70	77,10
Comercial	3,71	3,92	3,86	4,11	4,33	4,61
Rural	6,52	6,66	6,95	6,16	6,05	6,38
Poderes Públicos	0,44	0,41	0,27	0,34	0,36	0,39
Serviços Públicos	0,28	0,24	0,35	0,24	0,27	0,24
Iluminação Pública	0,00	0,78	0,76	0,66	0,69	0,76
Consumo Próprio	0,07	0,07	0,07	0,06	0,06	0,07
Total (%)	100	100	100	100	100	100

Representação do Percentual de Consumo por Classe



Energia Distribuída em GWh por Classe de Consumo:

CLASSE	CONSUMO - GWh				
	2019	2020	2021	2022	2023
Residencial	15,42	16,04	16,74	17,44	19,20
Industrial	127,73	126,95	142,96	143,90	141,64
Comercial	6,38	6,29	7,42	7,91	8,47
Rural	10,85	11,32	11,12	11,06	11,71
Poderes Públicos	0,66	0,44	0,62	0,66	0,72
Serviços Públicos	0,38	0,57	0,42	0,48	0,44
Iluminação Pública	1,27	1,24	1,19	1,26	1,41
Consumo Próprio	0,11	0,11	0,12	0,12	0,13
TOTAL (GWh)	162,80	162,96	180,59	182,83	183,72

Número de Consumidores: O Número de consumidores faturados em dezembro de 2023 apresentou um crescimento de 2,80% sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

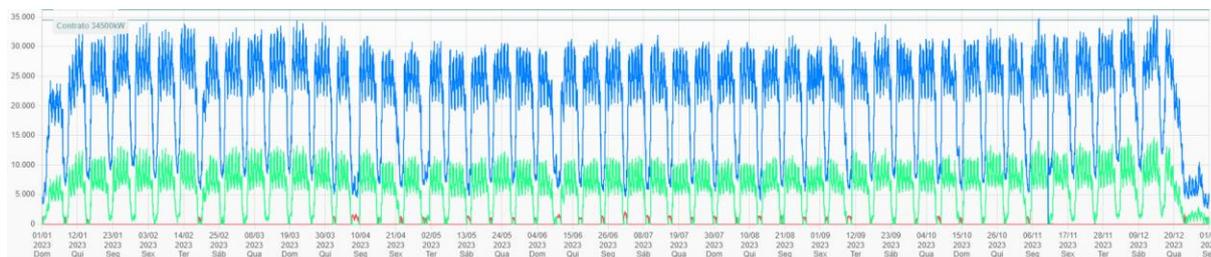
Número de consumidores			
<u>Classe</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>%</u>
Residencial	5.366	5.172	3,75%
Industrial	172	167	2,99%
Comercial	587	583	0,69%
Rural	722	738	-2,17%
Outros	97	95	2,11%
Total	6.944	6.755	2,80%

Varição na Demanda Média Anual Adquirida: Com relação à variação da demanda adquirida na subestação Cegero, tivemos como máxima demanda medida, o valor de 35,3 MW (38 MVA), registrado no dia 14/12/2023, que representa um crescimento de 1,3% em relação a maior demanda medida em 2022. O comportamento da demanda média nos últimos anos é demonstrado no gráfico abaixo.

ANO	DEMANDA MÉDIA ANUAL (MW)		Crescimento %	
	FORA PONTA*	PONTA	FORA PONTA	PONTA
2019	28,9	25,2	5,09	2,44
2020	29,7	25,1	2,76	(-0,4)
2021	32,0	27,3	7,74	8,76
2022	32,3	27,7	0,94	1,46
2023	33,2	28,6	2,78	3,25

*PONTA – 18:30 às 21:30.

COMPORTAMENTO DA DEMANDA AO LONGO DO ANO DE 2023



Extensão das Redes de Distribuição de Energia:

ANO	EXTENSÃO DE REDES (AT)			EXTENSÃO DE REDES (BT)				
	1Ø (km)	3Ø (km)	Total (km)	1Ø (km)	2Ø (km)	3Ø (km)	N (km)	Total (km)
2019	26,14	266,54	292,68	63,87	7,88	181,17	-	252,92
2020	25,56	271,91	297,47	72,43	7,49	184,27	-	264,19
2021	24,80	278,52	303,32	78,63	7,25	188,07	-	273,95
2022	25,11	281,98	307,09	83,31	7,03	191,45	-	281,79
2023	24,85	283,04	307,88	28,48	6,56	193,44	58,51	286,99

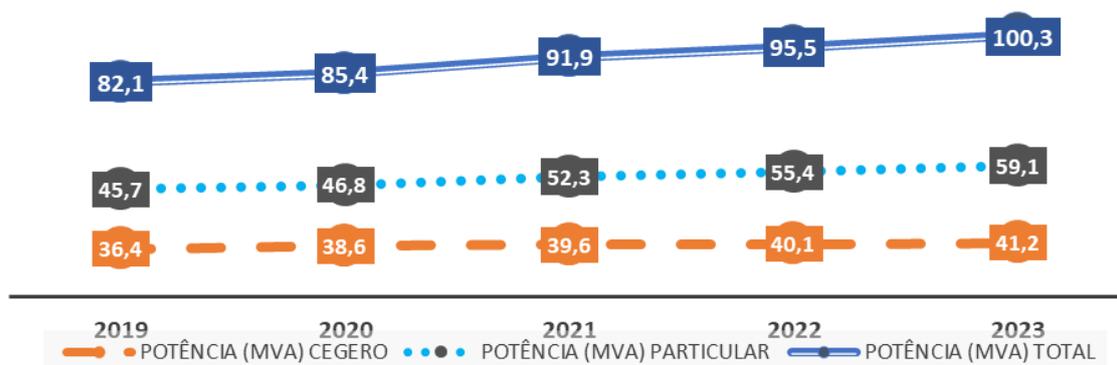
Transformadores de Distribuição Instalados no Sistema Elétrico da CEGERO:

ANO	2019	2020	2021	2022	2023
Cooperativa	596	623	635	641	654
Particulares	63	97	109	125	131
TOTAL	659	720	744	766	785

Potência Instalada em MVA no Sistema Elétrico da CEGERO:

ANO	POTÊNCIA (MVA)		
	CEGERO	PARTICULAR	TOTAL
2019	36,4	45,7	82,1
2020	38,6	46,8	85,4
2021	39,6	52,3	91,9
2022	40,1	55,4	95,5
2023	41,2	59,1	100,3

POTÊNCIA EM MVA

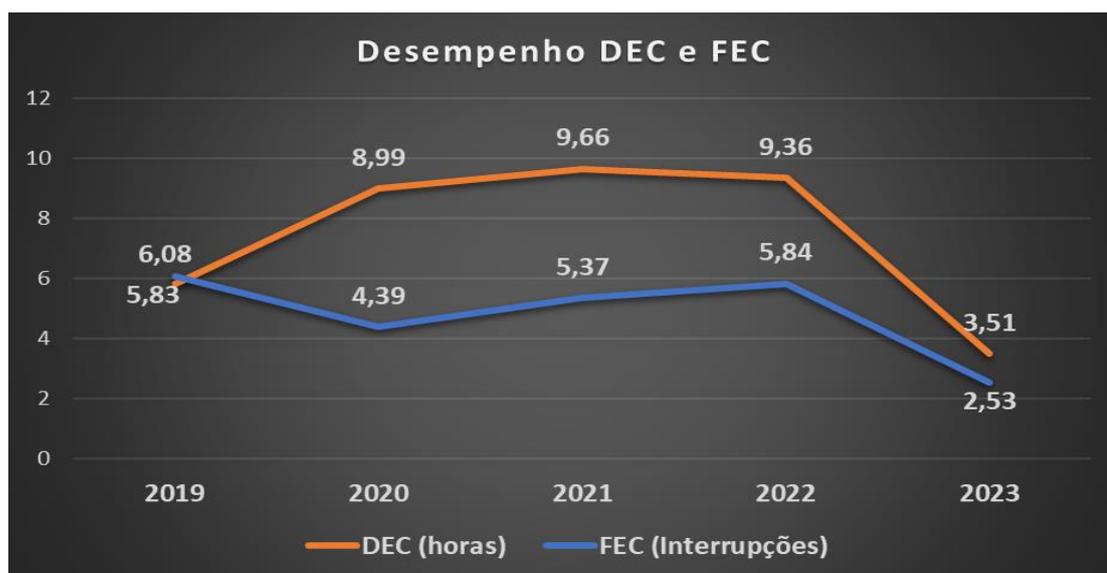


Indicadores de Qualidade do Fornecimento de Energia Elétrica:

ANO	DEC (horas)	FEC (interrupções)	Tempo médio de duração (minutos)
2019	5,83	6,08	-
2020	8,97	4,40	66,0
2021	9,68	5,38	56,0
2022	9,36	5,84	57,0
2023	3,51	2,53	58,0

* Limites da Aneel - DEC = 10,0 e FEC = 9,0.

Com relação as ocorrências, 28% foram árvores na rede, 18% atuação da proteção, 11,5% acidentes, 9,5% animais na rede, 9,5% descargas atmosféricas, 6,5% ventos e 17% outros.



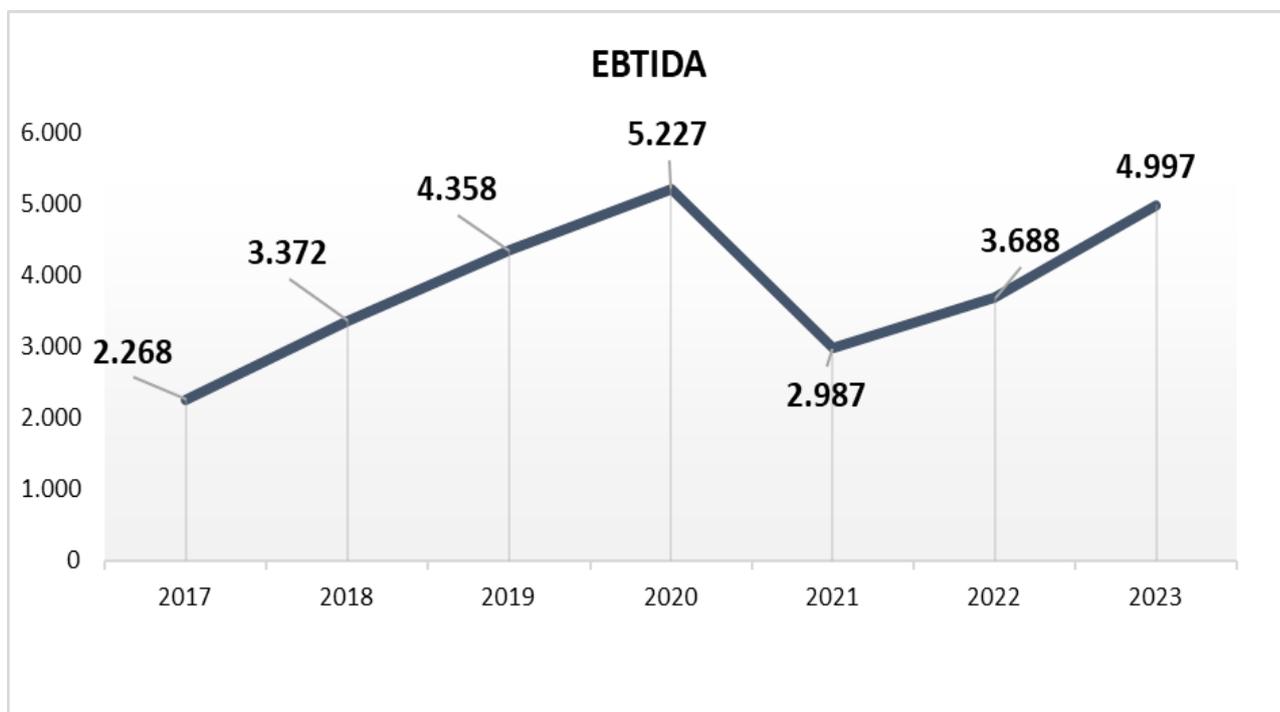
Tecnologia da Informação e Comunicação: Em 2023, os principais projetos e sistemas desenvolvidos na área de Tecnologia da informação foram:

- a) Continuidade na melhoria e adequação de toda infraestrutura de tecnologia lógica e física para com a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD;
- b) Continuidade do projeto de reformulação da Segurança da Informação, Plano de Continuidade de Negócio e Gestão da Informação, com a reestruturação de políticas de backups de base de dados, segurança de redes de comunicação, controles de acesso, firewall, homologações de softwares e hardwares, reestruturação de acesso a redes móveis, atualização de sistemas operacionais, treinamento e conscientização de usuários, etc;
- c) Continuidade na migração dos módulos do sistema ERP de desktop para Web visando acessibilidade, disponibilidade, segurança, escalabilidade, melhor desempenho, e consequentemente economia de recursos aplicados;
- d) Gestão da marca (branding) e redes sociais;
- e) Melhorias no formato de atendimento digital automatizado ao consumidor no que se refere a site, agencia virtual, comunicador via sms, e-mail e telefonia;
- f) Destaque para as melhorias no atendimento digital via whatsapp com atendimento parcialmente automatizado por inteligência artificial;
- g) Continuidade na aplicação e encaminhamento do projeto de redes inteligentes com a manutenção e implantação de equipamentos de controle e operação remotos;
- h) Manutenção da infraestrutura física e lógica;
- i) Melhorias no software de rastreamento de veículo em serviço, mapas, controle por GPS, e nos hardwares de comunicação por rádio;
- j) Manutenção e melhoria de softwares, hardwares e redes de conexão e servidor, no que se refere a leitura desde aparelhos leitores e impressoras portáteis a conexão em redes sem fio e um novo servidor melhorado;

- k) Início do projeto de implantação de recebimento de boletos via pix;
- l) Manutenção empresa terceirizada especializada em segurança de informação;
- m) Continuidade nas adequações para conformidade a RN 964 de Segurança Cibernética da Aneel.

Desempenho Econômico-Financeiro: Em 2023, o lucro líquido teve um aumento de 30% em relação ao ano anterior, foi de R\$ 4,2 milhões em 2022 para R\$ 5,5 milhões em 2023. A receita operacional líquida atingiu R\$ 68,0 milhões, enquanto em 2022 situou-se em R\$ 61,1 milhões, um aumento de 11,2 %. As despesas operacionais totalizaram em 2023 R\$ 16,3 milhões, 18,2 % superior em relação à 2022. (Balanço Societário 2023)

O EBITDA ou LAJIDA, Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 5,0 milhões, superior em 37% a 2022, que foi de R\$ 3,7 milhões. Conforme evolução abaixo:



Realização de serviços, obras de ampliação, melhoria e modernização das nossas redes:

- a) Foram 5.344 atendimentos realizados e 7.692 serviços concluídos no ano, envolvendo redes de distribuição, análise de projetos, poda de árvores próximas da rede, manutenção da iluminação Pública, ligação de novas unidades consumidoras, troca de medidores queimados, corte e religação, faltas de energia, segunda via de faturas, análise de tensão, auxílio ao Associado, entre outros.
- b) Foram realizadas 214 novas ligações, totalizando 7.076 unidades consumidores atendidas, número 3,12% superior ao ano de 2022.
- c) Foram distribuídos 183,7 GWh (Giga Watt Hora) de energia, representando um crescimento de 0,50% em relação a 2022.
- d) Encerramos o ano de 2023 com uma extensão de 595km de redes de distribuição, com 785 transformadores instalados no sistema, somando uma potência instalada de 100,3MVA e demanda máxima registrada de 35,3MW (Megawatt).
- e) Com relação a qualidade do fornecimento, o tempo médio sem energia no ano foi de 3,51 horas, com uma quantidade média de 2,53 interrupções de energia, representando uma disponibilidade média de energia elétrica de 99,96% no ano.
- f) Foram realizados e finalizados 190 processos de obras de ampliação, manutenção e melhoria de rede, totalizando um investimento de R\$ 2.959.195,54 em obras executadas.
- g) Do total acima descrito, R\$ 2.106.617,77 são referentes a materiais aplicados e em estoque, bem como vestimentas e serviços terceirizados, conforme segue detalhado abaixo:
 - I. Para suprir o crescimento da demanda, foram instalados novos transformadores no sistema de distribuição (13 unidades da Cegero e 6 unidades Particulares), repotencializados vários circuitos, substituídos transformadores com defeito, visando corrigir adequadamente a demanda de cada circuito, dimensionando suas potências de transformação, maximizando com isto os equipamentos e eliminando problemas com quedas de tensão, aquecimento, transformadores a

- vazio, perdas de energia, etc. Investimento em transformadores novos e consertos no valor de R\$ 266.129,61;
- II. Foram comprados neste exercício, 17,7 km de cabos de alumínio isolado, 2904 kg de cabo de alumínio Nú, utilizados em ramais de ligação, construção, manutenção e ampliação de redes de distribuição de alta e baixa tensão, aterramentos, etc. Também estão inclusos aqui os materiais necessários para efetivar a ligação dos cabos, como conectores, alças, luvas de emendas e espaçadores, totalizando um investimento de R\$ 406.513,50;
 - III. Dando continuidade às melhorias das redes de distribuição de energia da Cegero, através de manutenção das redes existentes e construção de novas redes de distribuição de alta e baixa tensão, foram adquiridos 251 novos postes de várias bitolas (R\$ 420.682,20), bem como 366 novas cruzetas de fibra de vidro e metálica galvanizada (R\$ 82.153,75), mais acessórios para montagem das estruturas (R\$ 14.856,91), totalizando investimento de R\$ 517.962,86;
 - IV. Investimento em isoladores, destinados às novas redes de distribuição de energia e manutenção das existentes, no total de 1.185 isoladores tipo bastão polimérico, tipo pilar porcelana, pino polimérico e roldana, no valor total de R\$ 96.477,90;
 - V. Foram adquiridos 115 novos para raios poliméricos, 12 quilovolts, compreendendo a instalação de novos transformadores, novos pontos de proteção e reparo dos para raios danificados, no valor total de R\$ 16.559,25;
 - VI. Adquiridas 157 novas chaves fusíveis polimérica (R\$ 39.793,75), 42 chaves seccionadoras (R\$ 29.801,75) e 495 elos fusíveis, totalizando investimento de R\$ 62.695,50;
 - VII. Investimentos em cabos de cobre e hastes de terra, para aterramento e proteção de redes, utilizados em novos transformadores, seccionamento e final de redes de baixa tensão, para-raios de alta e baixa tensão, correção de aterramento em transformadores, no total de 527 kg de cabos de cobre de 25, 35 e 50 mm² (R\$ 30.027,70) e 270 hastes de terra (R\$ 17.257,98) no valor total de R\$ 47.285,68;

- VIII. Aquisição de 532 medidores de energia, de diversos modelos 39 modem GPRS para telemedição e demais equipamentos destinados à medição de energia (chaves de aferição, transformador de corrente e transformador de potencial) no valor total de R\$ 142.682,54;
- IX. Aquisição de 1 controle sincronizador para banco de reguladores (R\$ 23.500,00), e manutenção em 3 reguladores de tensão R\$ 41.439,20, valor total de R\$ 64.939,20;
- X. Aquisição de vestimentas de segurança, equipamentos de proteção individual e proteção coletiva, ferramentas diversas, no valor total de R\$ 161.327,99;
- XI. Utilização de equipes terceirizadas, para construção e manutenção das redes de distribuição de energia da Cegero, serviços emergenciais e equipe de linha viva, evitando o máximo os desligamentos de energia durante as obras de melhorias e ampliação, assim como manutenção proveniente de inspeção termográfica no sistema da Cegero, totalizando R\$ 324.043,74;

Em 2024, estão previstos os seguintes investimentos:

1. Inspeção termográfica nas redes de distribuição e subestação 138 kV, no valor de R\$ 6.000,00.
2. Projeto de melhoria de rede AT e BT na Rua Dona Gertrudes, próximo a sede administrativa da Cegero, valor de R\$ 47.000,00.
3. Projeto de melhoria de rede AT e BT com deslocamento de postes e instalação de novos transformadores na Estrada Geral Barra do Norte, no valor de R\$ 60.000,00.
4. Projeto de melhoria de rede AT e BT com a instalação de novo transformador no Bairro Bela Vista, valor de R\$ 150.000,00.
5. Projeto de ampliação do CGO 01 e interligação do CGO 06 com o CGO 12, na Estrada Geral Rio Pinheiros no valor de R\$ 120.000,00.
6. Deslocamento de rede AT, localidade entre 3 Divisas e Vai Volta, no valor de R\$ 170.000,00.

7. Projeto de ampliação de rede AT e BT para atendimento de novo loteamento na localidade de Rio do Pouso, no valor de R\$ 50.000,00.
8. Projeto de rede compacta rural na Estrada Geral Rio Glória, no valor de R\$ 50.000,00.
9. Projeto de melhoria de rede AT e BT na localidade de Rio Coral, incluindo deslocamento de redes para a estrada e instalação de novos transformadores, no valor de R\$ 160.000,00.
10. Projeto de instalação de novos religadores, separando as redes de Morro do Cruzeiro e do Mar Grosso no valor de 210.000,00.
11. Projeto de melhoria de rede AT com troca de cabos na localidade de Morro do Cruzeiro, no valor de 98.000,00.
12. Projeto de repotencialização dos transformadores em toda área das redes de distribuição da Cegero, valor aproximado de R\$ 130.000,00.
13. Projeto de deslocamento de rede em AT, na localidade de Rio Pinheiros / Furnas, no valor de R\$ 300.000,00.
14. Projeto e construção de rede AT, para ligação em anel dos Bairros Taipa e Mar Grosso, no valor de R\$ 180.000,00.
15. Instalação dos medidores com módulo de qualidade da energia, sorteados pela Aneel, com medição automatizada e com envio de relatórios mensais da qualidade da energia elétrica para Aneel, valor aproximado de R\$ 50.000,00.
16. Continuação da instalação do sistema de telemedição da Cegero, com ampliação do número de unidades atendidas e troca do sistema de comunicação, no valor de R\$ 300.000,00.
17. Troca de 3 (três) veículos Toyota Hilux Cabine Simples Chassi 4x4 Turbo/Diesel equipado com cesto aéreo, no valor de R\$ 600.000,00.
18. Construção de uma linha de transmissão em 138 kV, com aproximadamente 30,2 km de extensão. Valor estimado para a execução do projeto de aproximadamente R\$ 55.000.000,00, a ser dividido igualmente entre a Cegero e a Cerbranorte. Valor da Cegero R\$ 27.500.000,00. Previsão de término da obra: dezembro/2024.

Benefício de Construção da Linha de Transmissão 138 KV:

- a. Melhorar ainda mais a capacidade de distribuição da Cegero no futuro e melhorar a qualidade da energia recebida pela Cegero.
- b. Reduzir o custo de transporte, hoje vinculado a Distribuição da Celesc.

Início da obra da Linha de Distribuição 138kV Cegero/Cerbranorte:

- a) A obra da linha de 138kV se iniciou em novembro, estando ao final de 2023 com mais de 90% dos materiais ou serviços comprados ou contratados;
 - i. Serão 119 estruturas instaladas, sendo 56 torres e 63 postes de metal ou concreto;
 - ii. 30,2 km de rede construída em tensão de 138kV (quilovolts);
 - iii. 149 propriedades indenizadas;
 - iv. Um valor aproximado de R\$ 55.000.00,00, sendo R\$ 27.500.00,00 pagos pela Cegero e R\$ 27.500.00,00 pagos pela Cerbranorte;
 - v. Com previsão de conclusão da obra para dezembro de 2024 e conexão ao sistema interligado nacional em agosto de 2025.

Melhorias nos processos internos, de forma a melhorar a qualidade dos serviços prestados, de acordo com ações previstas no planejamento estratégico:

- a) Mantivemos regularmente o treinamento e o desenvolvimento dos colaboradores com o propósito de melhorar o desempenho e a segurança nas atividades executadas nas mais diversas áreas, totalizando um investimento de R\$ 22.530,90 com recursos próprios da Cegero.
- b) Mantivemos o nosso sistema integrado de gestão certificado pela ISO9001 e ISO14001;

- c) Executamos 82 ações de melhoria contínua, nos diversos setores da Cooperativa;
- d) Concluímos o ano com 96,70% de adequação aos princípios da excelência em gestão, da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ), sendo reconhecida entre as melhores Cooperativas do país em gestão no Prêmio SomosCoop - Excelência em Gestão, promovido pela OCB.
- e) Continuamos praticando uma das tarifas mais baratas do Brasil. Segundo dados da ANEEL, em 2023/2024 a tarifa média nacional passou a ser 41,66% superior à tarifa praticada pela Cegero.
- f) Já com relação à qualidade dos serviços prestados e satisfação dos consumidores, em pesquisa realizada pela ANEEL, a Cegero foi considerada a 7ª melhor distribuidora de energia elétrica do Brasil, entre 104 empresas avaliadas.
- g) Investimos em equipamentos de informática, no valor total de R\$ 24.226,60, incluindo uma impressora, um microcomputador, um monitor de PC e uma TV.
- h) Investimentos em equipamentos de radiocomunicação no valor de R\$ 28.383,00, valor referente a 01 repetidora de sinal.
- i) Por fim, investimentos em outros equipamentos, ferramentas, móveis e utensílios, num total de R\$ 57.682,95, conforme segue:

1 CENTRO DE TREINAMENTO - ELETRICISTAS	R\$ 23.298,88
1 PORTAO DE FERRO GRADIL - PATIO CEGERO X ESTACIONAMENTO	R\$ 8.760,00
1 ARMARIO GRP 6 PORTAS C/ PRATELEIRAS - LEITURISTAS	R\$ 3.555,00
1 AR CONDICIONADO AGRATTO SPLIT 18000 FRIO	R\$ 3.549,00
1 PAINEL PARA TV SALA DE REUNIAO	R\$ 3.300,00
1 CAIXA DE FERRO PARA COLETA SELETIVA - ITENS ELETRONICO	R\$ 2.800,00
1 PALLET CRUZETAS - ALMOXARIFADO	R\$ 2.690,00
1 CADEIRA ERGONÔMICA THUNDERX3 YAMA3 PRETA	R\$ 2.622,07
1 MESA DE FERRO GALVANIZADA - ALMOXARIFADO	R\$ 2.390,00

1 FERRAMENTA GATO PEGA POSTE	R\$ 1.800,00
1 AR CONDICIONADO AGRATTO - SPLIT 9000 BTUS FRIO	R\$ 1.698,00
1 CENTRAL ALARME INCENDIO	R\$ 1.220,00

Manutenção e desenvolvimento de projetos sociais, bem como ajuda a entidades sociais:

a) Destinamos, por meio do FATES, R\$ 456.779,74 no ano de 2023 à sociedade, com destaque para:

- i. Rede Feminina de Combate ao Câncer: R\$60.000,00 para a manutenção das atividades, contribuindo assim com 3.742 procedimentos realizados pela Rede em 2023.
- ii. Apae: R\$60.000,00 para manutenção das atividades e atendimento a 153 alunos e suas famílias.
- iii. Unidade Básica de Saúde de São Ludgero: R\$75.000,00, para a manutenção do plantão médico 24 horas, contribuindo com mais de 46.000 atendimentos realizados.
- iv. Hospital Santa Teresinha: R\$60.000,00 para a manutenção das atividades, contribuindo assim com mais de 7.200 atendimentos realizados pelo Hospital à moradores da cidade de São Ludgero no ano de 2023.
- v. Pastoral Social: R\$30.000,00 para a manutenção das atividades e ajuda de acamados e pessoas carentes, com mais de 100 famílias beneficiadas.
- vi. Cooperativismo: R\$249.791,82 para realização de projetos sociais e ações voltadas ao desenvolvimento da educação cooperativista aos colaboradores e associados, sendo R\$74.268,84 em recursos da Cegero e R\$175.522,98 em recursos provenientes do SESCOOP/SC, fechando o ano com 12 projetos desenvolvidos. Além disso, foram mais R\$22.530,90 em capacitações e treinamentos, visando sempre proporcionar o melhor atendimento aos nossos associados.

- vii. Associação Cegero: R\$50.000,00 para manutenção das atividades no complexo de lazer, oportunizando a realização de casamentos, aniversários, formaturas e outros eventos, bem como para a prática de esportes e outras atividades de lazer, com valores diferenciados para associados.
 - viii. Esporte no município de São Ludgero: R\$24.980,00 para cobertura dos custos com arbitragem da Taça Cegero, com a participação de 368 atletas.
- b) Importante demonstrar que outros serviços são prestados à comunidade e que contribui muito para o social:
- i. Mão de obra gratuita na manutenção da iluminação dos campos de futebol;
 - ii. Mão de obra gratuita na manutenção e instalação de pontos de iluminação particular, em especial nas propriedades rurais;
 - iii. Mão de obra gratuita na contratação e manutenção de redes particulares;
 - iv. Empréstimo gratuito do gerador às comunidades e associações para eventos realizados no município;
 - v. Instalação gratuita de toda iluminação de natal nas praças e avenidas do município;
 - vi. Reserva gratuita dos auditórios da CEGERO, tanto do Centro quanto da Sede Administrativa, para reuniões, palestras e outros eventos realizados por associados, empresas, escolas e comunidade em geral, totalizando 312 reservas no ano.

Agradecimentos

Todas as ações apresentadas, são resultados de muito trabalho e determinação, com funcionários e conselheiros focados em fazer da Cegero uma das melhores distribuidoras do Brasil.

Ao avaliarmos as ações desenvolvidas em 2023, concluímos que a missão da Cegero foi mantida, ou seja, conseguimos oportunizar qualidade de vida e geração de riqueza a família associada e a consumidores, por meio da distribuição de energia elétrica com qualidade, segurança e eficiência, a partir dos princípios do cooperativismo e do desenvolvimento social.

Agradecemos a cada um de nossos associados e colaboradores, pois o nosso sucesso depende de uma ação conjunta de forças e do apoio de toda comunidade.

Desejamos a todos um 2024 de muita saúde, grandes realizações, e novamente objetivos alcançados.

São Ludgero, 11 de março de 2024.

A Direção.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS 2023



cegero
UMA COOPERATIVA
DE PESSOAS

Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(Valores expressos em reais)

Balanco Patrimonial

ATIVO	N.E.	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		33.034.587,79	29.907.020,11
Caixa e Equivalentes de Caixa		20.622.129,65	19.046.793,75
Caixa	5.0	5.234,92	2.145,65
Numerários em Trânsito	5.0	0,00	2.026,42
Bancos Conta Movimento	5.0	256.554,78	404.716,96
Aplicações no Mercado Aberto	5.0	20.360.339,95	18.637.904,72
Direitos Realizáveis		12.412.458,14	10.860.226,36
Consumidores	7.1	11.357.411,43	9.904.270,99
Concessionárias e Permissionárias		193.189,77	725,35
Serviços em Curso	8.0	39.380,91	38.394,11
Tributos Compensáveis	9.1	61,13	61,13
Almoxarifado Operacional	10.0	104.823,50	88.092,90
Ativos Financeiros Setoriais	11.0	297.369,33	345.264,28
Despesas pagas antecipadamente	12.0	33.633,45	67.247,78
Outros Ativos Circulantes	13.0	386.588,62	416.169,82
Não Circulante		37.812.756,95	34.569.989,62
Realizável a Longo Prazo		2.197.604,96	1.932.123,41
Outros Ativos não Circulantes	14.0	2.042.461,85	1.841.217,59
Bens e Ativ. não Vinc. à Permissão	15.0	155.143,11	90.905,82
Bens de Uso		2.337.758,16	2.263.613,98
Imobilizado	16.0	4.898.344,98	4.870.900,23
Depreciação Acumulada		(2.560.586,82)	(2.607.286,25)
Intangível		33.277.393,83	30.374.252,23
Intangível	17.0	43.793.227,13	39.922.544,43
Amortização Acumulada		(10.515.833,30)	(9.548.292,20)
Total do Ativo		70.847.344,74	64.477.009,73
PASSIVO	N.E.	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		15.345.476,75	14.318.847,35
Fornecedores	18.0	6.224.436,25	5.159.393,25
Obrigações Sociais e Trabalhistas	19.0	915.992,91	899.385,18
Tributos	20.0	1.639.501,05	1.419.361,39
Encargos Setoriais	21.0	1.772.540,38	1.737.652,67
Passivos Financeiros Setoriais	22.0	3.855.315,38	4.307.137,83
Obrigações com Associados		25.181,50	0,00
Outros Passivos Circulantes	23.0	912.509,28	795.917,03
Não Circulante		1.083.040,36	854.002,64
Obrigações Vinc. à Permissão	24.0	1.083.040,36	854.002,64
Patrimônio Líquido		54.418.827,63	49.304.159,74
Capital social	26.0	255.420,00	243.720,00
Reservas de capital		53.329.445,48	48.421.142,39
Fundo de Reserva para Expansão e Melhoria	27.C	46.582.356,05	42.264.334,48
Fundo de Reserva	27.C	6.324.954,83	5.768.980,07
FATES	27.C	422.134,60	387.827,84
Sobras à disposição da Assembleia	28.0	833.962,15	639.297,35
Total do Passivo		70.847.344,74	64.477.009,73

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(Valores expressos em reais)

Demonstração de Sobras e Perdas

Descrição	N.E.	31/12/2023	31/12/2022
01. Receita Operacional Bruta		105.172.707,45	97.037.137,74
(+) Fornecimento de Energia Elétrica	29.0	42.000.558,63	52.538.880,63
(+) Disponibilização dos Sistemas de Transmissão e Dist.	29.0	54.324.380,86	43.514.910,43
(+) Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	29.0	1.172.669,57	(6.674.331,25)
(+) Serviços Cobráveis	29.0	62.855,14	49.853,51
(+) Doações, Contribuições e Subvenções	29.0	2.148.140,28	4.246.389,08
(+) Outros Ingressos e Rendas	29.0	5.464.102,97	3.361.435,34
02. Dedução da Receita Bruta		(37.133.466,60)	(35.870.315,15)
(-) Impostos e Contribuições Sobre os Ingressos	30.0	(16.125.955,95)	(18.019.447,19)
(-) Encargos do Consumidor	30.0	(21.007.510,65)	(17.850.867,96)
03. Receita Operacional Líquida (1+2)		68.039.240,85	61.166.822,59
04. Custo do Serviço de Energia Elétrica		(48.431.110,80)	(45.223.802,18)
(-) Dispendios de Aquisição da Energia Elétrica	31.0	(36.116.247,59)	(35.011.437,64)
(-) Encargos de Transmissão, Conexão e Distribuição	31.0	(12.314.863,21)	(10.212.364,54)
05. Resultado Bruto da Comer. de Energia		19.608.130,05	15.943.020,41
06. Despesas Operacionais		(16.346.295,89)	(13.829.514,13)
(+) Recuperação de Despesas	31.0	103.927,28	109.781,33
(-) Pessoal e Administrativo	31.0	(5.914.479,59)	(5.572.364,74)
(-) Material	31.0	(566.006,29)	(615.857,43)
(-) Serviços de Terceiros	31.0	(2.049.877,72)	(1.793.507,48)
(-) Depreciações	31.0	(1.734.701,17)	(1.574.264,02)
(-) Arrendamento e Aluguéis	31.0	(518.426,07)	(486.449,88)
(-) Seguros	31.0	(90.243,31)	(75.569,67)
(-) Despesas Tributárias	31.0	(28.943,90)	(57.687,87)
(-) Doações, Contribuições e Subvenções	31.0	(377.030,00)	(455.030,00)
(-) Provisão Para créditos de LÍQ. Duvidosa	31.0	38.745,66	61.789,59
(-) Outras Despesas Operacionais	31.0	(5.209.260,78)	(3.370.353,96)
07. Resultado Operacional (5+6)		3.261.834,16	2.113.506,28
08. Resultado Financeiro	32.0	2.726.023,89	2.252.406,93
(+) Receita de Aplicação Financeira		2.421.077,48	1.861.253,00
(+) Outras Receitas Financeiras		668.218,04	867.269,57
(-) Outras Despesas Financeiras		(363.271,63)	(476.115,64)
09. Resultado Líquido Antes do IRPJ e CSLL (7+8)		5.987.858,05	4.365.913,21
10. Tributos e Contribuições S/Resultado		(884.890,16)	(646.828,43)
(-) Provisão Contribuição Social		(246.701,65)	(179.486,32)
(-) Provisão para Imposto de Renda		(638.188,51)	(467.342,11)
11. Resultado Líquido (9+10)		5.102.967,89	3.719.084,78
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE			
12 Resultados Abrangentes		456.779,74	542.897,55
(+) Reversão FATES		456.779,74	542.897,55
DEMONSTRAÇÃO DAS DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS			
13. Base para Destinações (11+12)		5.559.747,63	4.261.982,33
Resultado Com Cooperados		5.559.747,63	4.261.982,33
14. Destinações Estatutárias		(4.725.785,48)	(3.622.684,98)
(-) Reserva Legal		(555.974,76)	(426.198,23)
(-) FATES		(277.987,38)	(213.099,12)
(-) Manutenção e Ampliação		(3.891.823,34)	(2.983.387,63)
15. Sobras Líquidas do Período (13+14)		833.962,15	639.297,35

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(Valores expressos em reais)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Eventos	Capital Social	Reserva de Capital			Sobras a Disposição da AGO	Total
		FATES	Reserva Legal	Expansão e Melhoria		
SALDO EM 31/12/2021	234.450,00	717.626,27	5.342.781,84	38.736.238,81	544.708,04	45.575.804,96
MUTAÇÕES EM 2022	9.270,00	(329.798,43)	426.198,23	3.528.095,67	94.589,31	3.728.354,78
Integralização de Capital	11.115,00					11.115,00
Incorporação das Sobras				544.708,04	(544.708,04)	-
Devolução de Capital	(1.845,00)					(1.845,00)
Reversão das Reservas		(542.897,55)			542.897,55	-
Resultado do Exercício					3.719.084,78	3.719.084,78
Destinações		213.099,12	426.198,23	2.983.387,63	(3.622.684,98)	-
SALDO EM 31/12/2022	243.720,00	387.827,84	5.768.980,07	42.264.334,48	639.297,35	49.304.159,74
MUTAÇÕES EM 2023	11.700,00	34.306,76	555.974,76	4.318.021,57	194.664,80	5.114.667,89
Integralização de Capital	13.635,00					13.635,00
Incorporação das Sobras		213.099,12		426.198,23	(639.297,35)	-
Devolução de Capital	(1.935,00)					(1.935,00)
Reversão das Reservas		(456.779,74)			456.779,74	-
Resultado do Exercício					5.102.967,89	5.102.967,89
Destinações		277.987,38	555.974,76	3.891.823,34	(4.725.785,48)	-
SALDO EM 31/12/2023	255.420,00	422.134,60	6.324.954,83	46.582.356,05	833.962,15	54.418.827,63

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(Valores expressos em reais)

Demonstração dos fluxos de caixa

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
1 - Sobras Líquidas Antes da Tributação	5.987.858,05	4.365.913,21
Sobras Líquidas Antes da Tributação	5.987.858,05	4.365.913,21
2 - Ajuste Por	193.995,03	2.919.081,93
Depreciação e Amortização Acumulada	920.841,67	931.624,10
(Aumento) ou Diminuição Consumidores	(1.453.140,44)	1.407.375,48
(Aumento) ou Diminuição de Conc. e Permissionárias	(192.464,42)	(253,65)
(Aumento) ou Diminuição de Tributos Compensáveis	0,00	70.892,37
(Aumento) ou Diminuição de Serviços em Curso	(986,80)	(12.531,42)
(Aumento) ou Diminuição de Almoxarifado	(16.730,60)	(35.288,32)
(Aumento) ou Diminuição de Ativos Financeiros Setoriais	47.894,95	3.438.221,23
(Aumento) ou Diminuição de Despesas pagas antecipadamente	33.614,33	(9.784,37)
(Aumento) ou Diminuição de Outros Ativos	(171.663,06)	177.726,18
(Diminuição) ou Aumento de Fornecedores	1.065.043,00	(98.258,92)
(Diminuição) ou Aumento de Obrig. Sociais e Trabalhistas	16.607,73	145.265,53
(Diminuição) ou Aumento de Tributos e Contribuições	220.139,66	(1.153.687,33)
(Diminuição) ou Aumento de Encargos Setoriais	34.887,71	(1.272.967,96)
(Diminuição) ou Aumento de Passivos Financeiros Setoriais	(451.822,45)	(761.455,73)
(Diminuição) ou Aumento de Outros Passivos Circulantes	141.773,75	92.204,74
3 - Caixa Proveniente das Operações (1+2)	6.181.853,08	7.284.995,14
4- Caixa Proveniente das Operações	(884.890,16)	(646.828,43)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(884.890,16)	(646.828,43)
5 - Caixa Líq. Proveniente das Atividades Oper. (3+4)	5.296.962,92	6.638.166,71
6 - Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	(3.733.327,02)	(2.877.313,25)
Ativo Imobilizado / Intangível	(3.898.127,45)	(3.063.571,63)
(Diminuição) ou Aumento de Obrigações Vinculadas a Conc.	229.037,72	224.659,70
Participação em Cooperativas de Crédito	(64.237,29)	(38.401,32)
7 - Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	11.700,00	9.270,00
Integralização de Capital	13.635,00	11.115,00
Devolução de Capital	(1.935,00)	(1.845,00)
8 – Variação no Caixa (5+6+7)	1.575.335,90	3.770.123,46
Aumento Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa	1.575.335,90	3.770.123,46
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	19.046.793,75	15.276.670,29
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	20.622.129,65	19.046.793,75

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. (Valores expressos em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **Cooperativa de Eletricidade de São Ludgero – CEGERO** é uma sociedade cooperativa singular, do ramo infraestrutura, segundo classificação estabelecida pela Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, tendo como objeto a compra e distribuição de energia elétrica aos seus associados e consumidores, através de redes de distribuição sob sua responsabilidade. Para fins fiscais e tributários a CEGERO está classificada como cooperativa de eletrificação rural.

Principais Atividades Desenvolvidas – No decorrer do exercício social de 2023 a CEGERO realizou predominantemente operações de distribuição e comercialização de energia elétrica aos seus associados e consumidores, serviços de manutenção, ampliação e melhoria de instalações de distribuição de energia elétrica, de acordo com seu objeto social.

2. DA PERMISSÃO – REGULARIZAÇÃO JUNTO A ANEEL

A Cooperativa de Eletricidade de São Ludgero havia encaminhado, em 2005, o pedido de regularização à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, atendendo ao processo administrativo de regularização de cooperativas de eletrificação rural, instituído através da Resolução ANEEL 333/99, atualizada pela Resolução ANEEL 012/2002. Porém, por razões técnicas e econômicas, conforme consta no processo 48500.004011/2005-88, a ANEEL não autorizou o pedido de permissão sendo, esta decisão, publicada no DOU – Diário Oficial da União do dia 22 de dezembro de 2009. Das 52 cooperativas identificadas como passíveis de serem regularizadas, apenas 14 não foram regularizadas, entre elas a CEGERO.

Em 2016, após a conclusão da audiência pública 062/2015, edição da resolução normativa 704/2016 e consequente adesão da CEGERO à nova metodologia de Revisão Tarifária da ANEEL (Proret, Submódulo 8.4) através do ofício nº01/2016 encaminhado a ANEEL, um novo pedido de informações foi formulado pela agência às cooperativas passíveis de serem regularizadas (ofício circular nº 03/2017 SGT/ANEEL), resultando na abertura de um novo processo de regularização das Cooperativas de Eletrificação Rural como Permissionárias do Serviço Público de Distribuição. Processo nº 48500.005988/2017-45, aberto em 23 de novembro de 2017.

Diante desse contexto, deu-se abertura a audiência pública AP nº 79/2017, com o propósito de colher subsídio para a definição da metodologia de regularização da CEGERO e definição das tarifas iniciais, sendo essa audiência concluída em fevereiro de 2018. Como resultado da audiência pública, a ANEEL editou a resolução normativa nº 813, em maio de 2018, definindo os procedimentos e critérios a serem utilizados no cálculo das tarifas iniciais para cooperativas de eletrificação rural a serem enquadradas como permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, entre elas a CEGERO.

O enquadramento oficial da CEGERO como permissionária de serviço público de distribuição de energia elétrica veio a ocorrer por meio da resolução autorizativa nº 7.278, de 11 de setembro de 2018, e posterior assinatura do contrato de permissão ocorrida no dia 23 de outubro de 2018, com vigência de 30 anos.

Após a resolução autorizativa e consequente assinatura do contrato de permissão Nº. 08-2018, a diretoria da ANEEL, em reunião realizada no dia 27/11/2018, homologou as tarifas iniciais da Cooperativa de Eletricidade de São Ludgero – CEGERO, por meio da resolução homologatória nº 2.487/2018, que passaram a vigorar de 1º de dezembro de 2018 a 29 de setembro de 2019.

Áreas de Atuação – A CEGERO atua nos municípios de São Ludgero, Pedras Grandes, Braço do Norte, Orleans e Tubarão, todos no Estado de Santa Catarina, devidamente delimitado no processo de regularização.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com a Lei nº 5.764/71, que rege as atividades cooperativas no Brasil. Resolução do CFC nº 1.255/09, e alterações NBC TG 1.000 (R1) de 2016, que estabelece as normas para apresentação das demonstrações financeiras das pequenas e médias empresas, disposições regulatórias e os princípios fundamentais da contabilidade, bem o atendimento, no que for cabível, a 2019/NBCTA540(R2) de 17 de outubro de 2019, que dispõe sobre auditoria das estimativas contábeis.

Também cumpriu as disposições do manual de contabilidade do serviço público de energia elétrica, Resolução Normativa ANEEL nº 933/2021, conjugadas com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, orientações emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), e estatuto social.

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de janeiro de 2022.

Adoção das normas brasileiras de contabilidade através da interpretação técnica NBC ITG 2004/2017, orientações emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC) e instruções contidas no Despacho nº 4.356 de 22 de dezembro de 2017 da SFF/ANEEL e demais orientações publicadas.

Adoção do modelo de apresentação da PAC – Prestação Anual de Contas;

- Utilização das naturezas de gastos e centros de custos;
- Configuração dos detalhes conforme preenchimento do RIT – Relatório de Informações Trimestrais;
- Aplicação do plano de contas regulatório;
- Contabilização da mão de obra para as ordens em curso;
- Contabilização da renda não faturada;
- Contabilização do rateio da administração central para a atividade;
- Aplicação do OCPC08.

Em atendimento ao previsto na Resolução CFC nº 2017/NBCTG01(R4), que aprovou a NBCTG 01(R3) Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a administração avalia e entende que o contrato de permissão prevê que os valores dos ativos serão recuperados na tarifa, através da depreciação ou de custos previstos na empresa de referência, e que ao final da permissão os bens remanescentes serão indenizados.

Sendo assim, o entendimento da **CEGERO** é de que não há evidência de ativos cujos valores não serão recuperáveis.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Cooperativa adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estando alinhado às Normas Internacionais

de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB – (International Accounting Standard Board) com vigência para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011.

4. PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a elaboração das demonstrações contábeis, emanadas das disposições da legislação societárias e regulatórias, destacamos:

▪ Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos temporários de curto prazo de liquidez imediata. Os investimentos temporários de curto prazo estão registrados ao custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis.

▪ Consumidores a Receber

Compreende o fornecimento de energia faturada e não faturada a consumidores finais, conforme montantes determinados em contrato até 31 de dezembro de 2023, contabilizado com base no regime de competência.

▪ Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Esta provisão é reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

Em relação às contas a receber de consumidores, é constituída conforme determina o MCSE - Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – REN ANEEL nº 933, de 18 de maio de 2021, (item nº 7.2.8). Engloba os recebíveis faturados, até a data de encerramento do balanço, contabilizados pelo regime de competência.

As provisões para crédito de liquidação duvidosa referente aos parcelamentos de débitos estão reconhecidas em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber.

Com relação aos consumidores que possuem pendência e estão em regime operacional de recuperação judicial a administração julgou prudente a provisão total dos créditos referente aos mesmos.

- **Ajuste a Valor Presente**

O ajuste a valor presente previsto na NBC TG 12, aprovada pela resolução nº 1.151/09 e alterada pela resolução nº 1.329/11 do Conselho Federal de Contabilidade, não foi calculado sobre parcelamentos de energia elétrica, por entender a administração que está coberta pela provisão.

- **Estoque (inclusive do ativo imobilizado)**

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e aqueles destinados a investimentos estão classificados no ativo imobilizado, pelo custo médio de aquisição.

- **Ativos Passivos Regulatórios**

Reconhecidos após a assinatura do contrato de permissão e aplicados na forma prevista no OCPC 08 de 28 de novembro de 2014, aprovado pela Norma NBC – CTG 08 de 12 de dezembro de 2014.

- **Investimentos**

As participações societárias permanentes, controladas e coligadas, estão registradas pelo método da equivalência patrimonial. Os outros investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perda quando aplicável.

- **Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina o MCPSE (Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico), versão 2022.

- **Intangível**

Conforme determinação da SFF/ANEEL, com o intuito de buscar a harmonização com as normas internacionais de contabilidade, destacamos as transferências do Ativo Imobilizado Vinculado para o Grupo Intangível e Ativo Financeiro conforme ICPC 01 e OCPC 05, determinados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Direitos sobre objetos incorpóreos destinados a manutenção da entidade, ou obtidos com esta finalidade, estão registrados pelo custo de aquisição, sem a constituição de provisão para perda.

A amortização do intangível é calculada através das taxas de depreciação tomando se como base os saldos contábeis registrados.

A baixa de um ativo intangível é efetivada através de alienação ou quando não existem benefícios econômicos futuro resultante do uso ou da alienação.

Os resultados da baixa são reconhecidos no resultado do exercício.

▪ **Atualizações de Direitos e Obrigações**

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

▪ **Estimativas**

As estimativas são anualmente revisadas quando da preparação de demonstrações financeiras na conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A administração se baseia em julgamentos para determinação e o registro de estimativas que afetem seus ativos, passivos, receitas e despesas e os resultados dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes.

▪ **Imposto de Renda e Contribuição Social**

Calculados e registrados quando devidos conforme legislação vigente nas datas dos balanços. Inclusa no regime tributário de apuração do lucro real, não tributou operações com associados, isentos na forma determinada pela Lei nº 5.764/71.

▪ **Empréstimos e Financiamentos**

Quando contratados atualizados com base nas variações monetárias e cambiais e acrescidas dos respectivos encargos, quando classificados como passivos financeiros amortizados pelo custo e registrados ao respectivo valor de mercado, quando classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

▪ **Provisão para Litígios**

As provisões para litígios conhecidas nas datas dos balanços são constituídas mediante avaliação e quantificação dos riscos relacionados a assuntos tributários, trabalhistas ou cíveis, cuja probabilidade de perda em processos que envolvam discussão judicial é considerada provável, na opinião da administração e de seus assessores legais. Estão sendo apresentadas

nesta rubrica as provisões para litígios liquidas dos depósitos e/ou bloqueios judiciais a elas relacionadas.

▪ **Reconhecimento das Receitas**

Todas as receitas de operação, uso e serviço praticadas pela CEGERO, são reconhecidas no momento da emissão da nota fiscal/fatura de energia elétrica por satisfazerem os requisitos exigidos na NBC TG47, aprovada pela Resolução 2016/NBCTG47 do Conselho Federal de Contabilidade.

▪ **Receita não faturada**

Corresponde a receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e a receita de utilização de rede de distribuição não faturada, calculadas em base estimada, referente ao período após a medição mensal e o último dia do mês.

▪ **Receita de Construção e Custo de Construção**

O ICPC 01 (R2) estabelece que o permissionário de distribuição de energia elétrica deva registrar e mensurar os serviços prestados de acordo com o CPC 17 (R1) “Contratos de Construção” e CPC 30 (R1) – Receitas, mesmo quando regidos por um único contrato de permissão. A permissionária contabiliza receitas de construção de infraestrutura de distribuição utilizada na prestação de serviços.

Os custos são reconhecidos na demonstração de resultado do exercício como custo de construção.

▪ **Impostos e Contribuições**

As receitas de venda de serviços de distribuição estão sujeitas a tributação pelo imposto de circulação de mercadorias e serviços – ICMS as alíquotas vigentes.

▪ **Apuração do Resultado**

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

Os créditos sobre custos e despesas operacionais, compensados a apuração do PIS e COFINS, quando da incidência são apresentados líquidos, nas respectivas contas de custos e despesas.

- **Sobra Líquida**

A sobra ou perda que ocorrer será colocada à disposição dos associados, que deliberarão sobre sua utilização, obedecendo ao disposto na lei nº 5.764/71 e estatuto social.

- **Estrutura das Demonstrações Contábeis**

Com referência às novas implementações na estrutura das demonstrações contábeis, em face à harmonização internacional e, em virtude do atendimento a Ofícios de Encerramento e Despachos ANEEL, aplicou-se a mudança nos quadros do Ativo e Passivo, incluindo os subgrupos Ativo não Circulante e Passivo não Circulante, excluindo-se o grupo de Ativo Permanente, conforme determinação do Órgão Regulador.

Conforme Ofício Circular nº 364/2012, a ANEEL desobriga as Permissionárias/Concessionárias a publicar as Demonstrações Contábeis Regulatórias e Despacho ANEEL nº 575/2013 dispensa as Cooperativas Permissionárias de publicarem suas demonstrações contábeis societárias e regulatórias em qualquer tipo de jornal, devendo apenas disponibilizá-las no sítio eletrônico da Permissionária e encaminhá-las à SFF para posterior divulgação na CIEFSE.

5. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Os valores que compõe os saldos referentes à “Caixa e Equivalentes de Caixa” estão demonstrados a seguir:

Contas	31/12/2023	31/12/2022
Caixa Geral	4.234,92	1.145,65
Bancos Contas Movimento	256.554,78	404.716,96
Fundos de Caixa	1.000,00	1.000,00
Numerários em Trânsito	0,00	2.026,42
Aplicações no Mercado Aberto	20.360.339,95	18.637.904,72
Sicoob/SC – Credivale	6.766.257,48	6.080.827,31
Bradesco Invest.	28.077,14	289,64
Unicred Aplicação Financeira	11.410.185,96	10.678.940,05
Banco Do Brasil Fundos RF LP	500.435,62	0,00
Banco Do Brasil – Operações Compromissadas	1.600.839,59	0,00
Banco Do Brasil Rende Fácil	54.544,16	102.609,01
Safra Aplicação	0,00	1.775.238,71
Total Caixa e Equivalentes	20.622.129,65	19.046.793,75

6. CONSUMIDORES

Todos os consumidores foram faturados. O faturamento de Alta Tensão corresponde ao mês civil. OS consumidores de Baixa Tensão têm saldo de consumo de pelo menos dois dias, referente ao disposto no calendário mensal de leitura.

DESCRIÇÃO	2023	2022
Faturados	6.949	6.761
Total	6.949	6.761

7. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

7.1. Composição das contas a receber

Os valores que compõe os saldos referentes às contas de “Consumidores” estão demonstrados a seguir, desdobrados por classe de consumo:

DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022
Residencial	1.385.737,55	1.047.285,46
Industrial	7.927.896,10	7.158.158,16
Comercial	609.589,80	485.336,12
Rural	870.788,03	656.899,66
Poderes Públicos	45.539,15	38.520,44
Iluminação Pública	42.409,61	36.968,24
Serviço Público	22.391,69	22936,06
Receita não faturada	246.633,26	202.200,27
(-) Provisão Para Créditos de Líq. Duvidosa	(66.244,17)	(78.436,15)
Serviços Cobráveis	13.367,40	11.026,54
(-) Provisão Para Créditos de Líq. Duvidosa	(288,52)	(448,69)
Participação Financeira	145.992,93	110.485,13
Parcelamentos	121.096,34	279.399,54
(-) Provisão Para Créditos de Líq. Duvidosa	(18.941,12)	(69.333,80)
Outros	11.443,38	3.274,01
Tusd Geração	756,50	725,35
Tusd Consumidores Livres	192.433,27	0,00
Total	11.550.601,20	9.904.996,34

7.2. Saldos Vincendos e Vencidos

Os valores que compõe os saldos vencidos e a vencer:

Consumidores	Saldos	Vencidos		Saldo	
	Vincendos	Até 90 dias	Mais 90 dias	31/12/2023	31/12/2022
Residencial	1.148.502,72	216.752,12	5.717,04	1.370.971,88	1.036.559,60
Industrial	7.461.063,48	366.015,99	67.215,93	7.894.295,40	7.146.808,57
Comercial	504.340,11	90.398,08	9.245,16	603.983,35	481.531,74
Rural	730.347,77	133.612,23	187,80	864.147,80	650.778,07
Poder Público	45.539,15	0,00	0,00	45.539,15	38.454,74
Iluminação Pública	42.033,64	0,00	232,08	42.265,72	36.928,88
Serviço Publico	22.391,69	0,00	0,00	22.391,69	22.936,06
Juros e Multas	35.721,76	21.924,27	3.110,91	60.756,94	32.106,48
Total	9.989.940,32	828.702,69	85.708,92	10.904.351,93	9.446.104,14

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída para fazer face de eventuais créditos de liquidação duvidosa, conforme determina o MCSE – Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – Versão 2022, item 7.2.8 – Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa, enquadrados nas seguintes condições:

- a) Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- b) Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias; e
- c) Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias.

8. SERVIÇOS EM CURSO

Os saldos referentes aos “Serviços em Curso”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Serviço Próprio	39.380,91	38.394,11
Total	39.380,91	38.394,11

9. TRIBUTOS A COMPENSAR

Os saldos referentes aos “Tributos a Compensar – Curto Prazo”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido Saldo Negativo	61,13	61,13
Total	61,13	61,13

10. ALMOXARIFADO OPERACIONAL

Os saldos referentes ao “Almoxarifado”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Almoxarifado Operacional	72.188,00	55.398,31
Estoque de Sucatas	5.079,93	3.530,65
Adiantamento a Fornecedores	239,44	0,00
Outros (ferramentas e EPI's)	27.316,13	29.163,94
Total	104.823,50	88.092,90

Referem-se a materiais destinados à manutenção de equipamentos e redes de distribuição de energia elétrica.

11. ATIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

Os saldos referentes aos “Ativos Financeiros Setoriais”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Neutralidade Ativa em Diferimento	0,00	303.032,55
Neutralidade Ativa em Amortização	276.412,56	0,00
Financeiro Ativo MCP - Processo Atual	20.956,77	0,00
Bandeiras Tarifarias	0,00	42.231,73
Total	297.369,33	345.264,28

12. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

Os saldos referentes às “Despesas Pagas Antecipadamente”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Prêmios de Seguros	33.633,45	67.247,78
Total	33.633,45	67.247,78

Os seguros de bens e veículos são contratados para periodicidade anual os quais não coincidem com o ano civil e tem seu pagamento quitado quando da contratação.

13. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

Os saldos referentes a “Outros Ativos não Circulantes” nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamento de férias	60.397,04	55.951,46
Adiantamento Plano Saúde Unimed	2.526,52	2.526,52
Alienação de Bens e Direitos	28.680,00	14.000,00
Reembolsos do Fundo da CDE	10.772,60	48.871,55
(-) Provisão para Créditos de Líq. Duvidosa	(62.994,91)	(101.670,91)
OI S.A. - Compartilhamento de Infraestrutura	40.690,80	9.753,60
Danielli Telecomunicações	20.415,85	18.611,94
Ateky Internet Eireli	18.363,80	13.712,94
Cheques Devolvidos	62.994,91	101.670,91
SESCOOP/SC	9.800,00	1.450,00
Claro S.A.	1.847,56	1.776,84
Proinfra	178.814,90	214.363,35
FACIL internet compartilhamento	1.381,25	1.141,68
CTG Beira Rio	0,00	4.000,00
Ponto Sat Conect	144,32	0,00
Desativações Em Curso	12.753,98	30.009,94
Total	386.588,62	416.169,82

14. OUTROS ATIVOS- NÃO CIRCULANTES

Os saldos referentes aos “Outros Ativos não Circulantes” nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Ativo Financeiro da Permissão	2.042.461,85	1.841.217,59
Total	2.042.461,85	1.841.217,59

15. BENS E ATIVIDADES NÃO VINCULADAS

Os saldos referentes aos “Bens e Atividades não Vinculadas, Ativo Não Circulante” nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Quotas Unicred	94.282,41	46.841,19
Quotas Sicoob	60.860,70	44.064,63
Total	155.143,11	90.905,82

A Cegero mantém conta corrente nas Cooperativas de crédito Sicoob e Unicred, que além das cotas partes integralizadas também capitalizam sobras distribuídas e juros sobre o capital.

16. IMOBILIZADO

Os saldos referentes ao “Imobilizado”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

DESCRIÇÃO	Saldo Anterior	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo Final
DISTRIBUIÇÃO					
IMOBILIZADO EM SERVIÇO	2.364.686,75	42.356.472,47	41.667.371,67	(1.436.696,37)	1.617.091,18
TERRENOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EDIF., OBRAS CIVIS E BENFEITORIAS	6.067,97	263.157,23	254.397,23	(519,58)	14.308,39
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	784.686,86	41.164.019,63	41.090.110,71	(378.561,77)	480.034,01
VEÍCULOS	1.353.547,35	911.385,14	316.210,33	(955.857,75)	992.864,41
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	220.384,57	17.910,47	6.653,40	(101.757,27)	129.884,37
IMOBILIZADO EM CURSO	623.370,00	288.015,14	911.385,14	0,00	0,00
VEÍCULOS	623.370,00	288.015,14	911.385,14	0,00	0,00
DISTRIBUIÇÃO	2.988.056,75	42.644.487,61	42.578.756,81	(1.436.696,37)	1.617.091,18
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL					
IMOBILIZADO EM SERVIÇO	1.882.843,48	16.366,56	54.652,61	(1.123.890,45)	720.666,98
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.016.311,60	10.266,56	54.652,61	(599.776,93)	372.148,62
VEÍCULOS	237.130,10	0,00	0,00	(237.130,10)	0,00
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	629.401,78	6.100,00	0,00	(286.983,42)	348.518,36
ADMINISTRAÇÃO	1.882.843,48	16.366,56	54.652,61	(1.123.890,45)	720.666,98
IMOBILIZADO	4.870.900,23	42.660.854,17	42.633.409,42	(2.560.586,82)	2.337.758,16

17. INTANGÍVEL

Os saldos referentes ao “Intangível”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

DESCRIÇÃO	Saldo Anterior	Adições	Baixas	Saldo
Distribuição	30.365.078,33	53.257.031,75	50.349.190,15	33.272.919,93
Em Serviço	37.255.064,74	38.997.081,00	37.255.064,74	38.997.081,00
Edificações, Obras Civis E	251.495,76	251.495,81	251.495,76	251.495,81

Benfeitorias				
Máquinas e equipamentos	36.996.915,58	38.738.931,79	36.996.915,58	38.738.931,79
Moveis e utensílios	6.653,40	6.653,40	6.653,40	6.653,40
(-) Amortização Acumulada	(9.510.635,36)	9.510.635,36	10.473.476,46	(10.473.476,46)
Edificações, Obras Civis E Benfeitorias	(102.018,81)	102.018,81	110.763,76	(110.763,76)
Máquinas E Equipamentos	(9.407.789,51)	9.407.789,51	10.361.469,82	(10.361.469,82)
Moveis E Utensílios	(827,04)	827,04	1.242,88	(1.242,88)
Em Curso	2.620.648,95	4.749.315,39	2.620.648,95	4.749.315,39
Adiantamento A Fornecedores	127.000,00	499.498,31	127.000,00	499.498,31
Outros	2.493.648,95	4.249.817,08	2.493.648,95	4.249.817,08
Administração	9.173,90	-	4.700,00	4.473,90
Em Serviço	46.830,74	-	-	46.830,74
Softwares	43.739,24			43.739,24
Outros	3.091,50			3.091,50
(-) Amortização Acumulada	(37.656,84)	-	4.700,00	(42.356,84)
Softwares	(36.689,24)		4.700,00	(41.389,24)
Outros	(967,60)			(967,60)
INTANGIVEL	30.374.252,23	53.257.031,75	50.353.890,15	33.277.393,83

18. FORNECEDORES

Os saldos referentes aos “Fornecedores” nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Fornecedores	31/12/2023	31/12/2022
Encargos de Uso da Rede Elétrica	2.178.091,34	1.566.363,19
Materiais e Serviços	457.616,92	308.350,62
Compra de Energia Elétrica	3.588.727,99	3.284.679,44
Total	6.224.436,25	5.159.393,25

19. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Os saldos referentes à “Folha de Pagamento e Provisões Trabalhistas” nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Contas	31/12/2023	31/12/2022
Empregados	113.770,30	104.797,29
Diretores e Conselheiros	25.176,34	24.457,36
Provisão de Férias	462.444,07	435.773,68
INSS S/Provisão de Férias	140.807,35	118.966,14
FGTS S/Provisão de Férias	36.823,97	34.861,61
PIS S/Provisão de Férias	4.624,47	4.357,71
INSS	25.058,10	22.434,22

IRRF	102.988,64	147.529,12
Mensalidade SINSTRESC	585,88	557,60
Empréstimo Consignado	3.713,79	5650,45
Total	915.992,91	899.385,18

20. TRIBUTOS

Os saldos referentes aos “Tributos a recolher” nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Contas	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ a Recolher	139.786,44	46.078,23
CSLL a Recolher	14.292,18	15.670,33
ICMS	1.328.336,00	1.220.491,54
Contribuição Fundo Social	0,00	0,00
ISS a Recolher	3.211,66	2.791,50
ISS Retido na Fonte	3.377,78	646,82
INSS	96.834,86	84.753,61
INSS Sobre a Prestação de Serviços Por PJ	8.912,37	6.661,22
FGTS	35.944,42	36.312,40
PIS S/ Folha de Salários	4.521,75	4.491,33
Contribuições Sociais Retidas na Fonte - CSRF	3.292,58	1.129,34
Imposto de Renda Retido na Fonte	991,01	335,07
Total	1.639.501,05	1.419.361,39

21. ENCARGOS SETORIAIS

Os saldos referentes aos “Encargos Setoriais”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Contas	31/12/2023	31/12/2022
Conta De Desenvolvimento Energético – CDE Uso	1.099.816,31	1.181.501,63
Conta De Desenvolvimento Energético – CDE/ Conta Covid	154.748,96	154.748,96
Conta De Desenvolvimento Energético – CDE/GD	82.475,14	0,00
Conta De Desenvolvimento Energético – CDE / Escassez Hídrica	138.461,50	0,00
Taxa de Fisc. dos Ser. de Energia Elétrica – TFSE	4.842,52	4.709,62
Encargos ESS	292.195,95	396.692,46
Total	1.772.540,38	1.737.652,67

22. PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

Os saldos referentes aos “Passivos Financeiros Setoriais”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Contas	31/12/2023	31/12/2022
Neutralidade Passiva Em Diferimento	37.048,79	0,00
Neutralidade Passiva Em Amortização	0,00	61.477,20
Financeiro Passivo MCP - Processo Atual	0,00	8.578,03
Financeiro Passivo MCP - Processo Anterior	37.753,84	12.688,24
Diferimento Passivo Parcela B - Processo Anterior	0,00	33.277,84
Ciclo Tarifário Passivo Em Diferimento	908.835,55	1.236.324,84
Ciclo Tarifário Passivo Em Amortização	2.871.677,20	2.954.791,68
Total	3.855.315,38	4.307.137,83

23. OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES

Os saldos referentes às “Obrigações Vinculadas a Concessão e Permissão do Serviço Público”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Contas	31/12/2023	31/12/2022
Contas Pagas em Duplicidade	317,83	435,87
Recebimentos a Identificar	4.595,99	5.213,68
Adiantamentos de Consumidores	600,00	0,00
Capital Social a Restituir *	0,00	23.381,50
Micro e Mini Geração	787.900,70	656.863,82
Bônus Itaipu	13,56	1,58
Compensação Laudo Aferição	0,00	31,96
Bônus Redução Voluntária do Consumo	53,50	53,50
Convênio APAE	2.051,00	1.486,00
Convênio R.F.C.C.	3.471,50	3.452,50
Convênio Hospital Santa Teresinha de BN	26.775,00	23.100,00
Convênio Jornal Folha do Vale	0,00	498,75
Convênio Jornal Cidade Notícias	5.156,60	4.826,00
Convênio Jornal Destaque	783,75	926,25
Convênio Arrecadação COSIP São Ludgero	58.345,10	55.457,92
Convênio Arrecadação COSIP Braço do Norte	5.044,18	4.202,53
Convênio Arrecadação COSIP Tubarão	1.296,34	578,39
Convênio Hospital Santa Otília	3.119,00	2.938,00
Convênio Arrecadação COSIP Orleans	11.499,74	10.963,02
Convênio Arrecadação COSIP Pedras Grandes	411,00	419,00
Compensação Violação Tensão de Atendimento	21,53	0,00
Pro-Emprego (Fundo Educação Superior)	433,60	459,54
Pro-Emprego (Fundo Social)	542,00	574,42
Cartão de Crédito - UNICRED	77,36	52,80
Total	912.509,28	795.917,03

* No ano de 2023 houve transferência de saldo de “Capital Social a Restituir” do subgrupo “outros passivos circulantes” para subgrupo “Obrigações com Associados” conforme orientação pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Versão 2022.

24. **OBRIGAÇÕES VINCULADAS A CONCESSÃO E PERMISSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO**

Os saldos referentes às “Obrigações Vinculadas a Concessão e Permissão do Serviço Público”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Contas	31/12/2023	31/12/2022
Participação Financeira do Consumidor	532.879,54	332.496,97
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos	462.831,42	462.831,42
Participação Financeira do Consumidor – Amortização	(34.102,97)	(18.400,97)
Doações E Subvenções Destinadas a Investimentos – Amortização	(27.217,15)	(19.279,82)
Participação Financeira do Consumidor – em Uso	8.758,90	1.996,39
Valores Pendentes de Recebimento	129.701,80	93.246,99
Valores não aplicados	10.188,82	1.111,66
Total	1.083.040,36	854.002,64

25. **PASSIVOS CONTINGENTES**

Na avaliação das obrigações da possibilidade de perda dos casos, classificamos, com base na posição fornecida pelo setor jurídico da entidade, em prováveis, possíveis ou remotas.

Perdas Prováveis são reconhecidas na contabilidade quando são extremamente duvidosas que a empresa venha a ter êxito em anular a obrigação.

Perdas Possíveis são divulgadas em nota explicativas quando há a possibilidade de ocorrer, entretanto os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será perda ou ganho no processo.

Conforme relatório do setor Jurídico, em 31 de dezembro de 2023, a Cooperativa não possuía nenhuma ação com prognósticos de prováveis perdas e havendo 4 processos como possível perda, totalizando o montante de R\$ 13.690,36, conforme detalhamento abaixo:

Tipo da ação	Prognóstico 2023		Prognóstico 2022	
	Provável	Possível	Provável	Possível
	Valor em Reais	Valor em Reais	Valor em Reais	Valor em Reais
Ação de Indenização 0301913-41.2018.8.24.0010	0,00	3.622,00	0,00	3.322,00
Ação de Indenização 5002462-68.2020.8.24.0010	0,00	3.168,22	0,00	3.168,22
Ação de Indenização 5006795-92.2022.8.24.0010	0,00	3.116,14	0,00	3.116,14
Ação de Indenização 5007130-14.2022.8.24.0010	0,00	4.084,00	0,00	4.084,00
Ação de Indenização 5005864-55.2023.8.24.0010	0,00	11.775,81	0,00	0,00
Total	0,00	25.766,17	0,00	13.690,36

26. CAPITAL SOCIAL

De acordo com a legislação cooperativista, a conta Capital Social é movimentada nas seguintes hipóteses:

- Na admissão do associado, pela subscrição do valor das quotas – partes fixadas no estatuto social;
- Pela subscrição de novas quotas – partes;
- Pela capitalização de sobras e pela incorporação de reservas, exceto as indivisíveis e;
- Pela retirada do associado, por demissão, eliminação ou exclusão.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Capital subscrito	260.280,00	247.095,00
(-) Capital a integralizar	(4.860,00)	(3.375,00)
Total	255.420,00	243.720,00

O capital social está representado pelo valor totalmente integralizado, correspondendo à participação de 5.784 (cinco mil, setecentos e oitenta e quatro) associados em 31 de dezembro de 2023.

27. RESERVAS DE CAPITAL

As Reservas de Capital estão formadas pelas Reservas Legal, Fates e Reserva para Expansão e Melhoria, conforme descrição abaixo:

a) Fundo de Reserva para Expansão e Melhoria

Está previsto no art. 48 do estatuto social, constituído com no mínimo 70% das sobras líquidas. Criado para aplicação nos setores operacionais existentes ou a criação de novos, podendo ser aplicado em despesas ou inversões.

b) Reserva Legal

A Reserva Legal é indivisível entre os associados, sendo constituída com o mínimo de 10% das sobras do exercício, além de eventuais destinações a critério da AGO, e destina-se para a cobertura de perdas com associados ou terceiros.

c) Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social

Este Fundo também é indivisível entre os associados, sendo constituído com o lucro das operações com terceiros, mais 5% das sobras líquidas de cada exercício, além de eventuais destinações a critério da AGO e destina-se à cobertura de gastos com assistência técnica, educacional e social aos associados, seus familiares e aos próprios empregados da Cooperativa.

No exercício de 2023, após as destinações estatutárias conforme determinação legal acima, demonstramos os seguintes saldos:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Fundo de Reserva	6.324.954,83	5.768.980,07
FATES	422.134,60	387.827,84
Fundo de Reserva para Expansão e Melhoria	46.582.356,05	42.264.334,48
Total	53.329.445,48	48.421.142,39

28. SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO.

As sobras líquidas que estão à disposição da AGO para o exercício de 2023 está no valor de R\$ 833.962,15, e para 2022 foi de R\$ 639.297,35. Demonstramos a composição das sobras e as destinações legais e estatutárias.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Resultado Líquido Antes do IRPJ e CSLL	5.987.858,05	4.365.913,21
Tributos e Contribuições S/Resultado	(884.890,16)	(646.828,43)
(-) Provisão Contribuição Social	(246.701,65)	(179.486,32)
(-) Provisão para Imposto de Renda	(638.188,51)	(467.342,11)
Resultado Líquido	5.102.967,89	3.719.084,78
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE		
Resultados Abrangentes	456.779,74	542.897,55
(+) Reversão FATES	456.779,74	542.897,55
DEMONSTRAÇÃO DAS DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS		
Base para Destinações	5.559.747,63	4.261.982,33
Resultado Com Cooperados	5.559.747,63	4.261.982,33
Destinações Estatutárias	(4.725.785,48)	(3.622.684,98)
(-) Reserva Legal	(555.974,76)	(426.198,23)

(-) FATES	(277.987,38)	(213.099,12)
(-) Manutenção e Ampliação	(3.891.823,34)	(2.983.387,63)
Sobras Líquidas do Período	833.962,15	639.297,35

Resultado das operações com associados a ser submetido à assembleia geral para aplicação ou destinação.

29. RECEITA OPERACIONAL

Os totais acumulados referentes às “Receitas”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Fornecimento de Energia Elétrica		
Residencial	10.777.991,12	9.507.625,11
Industrial	70.986.831,04	75.071.813,04
Comercial, Serviços e Outras Atividades	5.055.893,29	4.676.213,01
Rural	6.364.907,34	5.654.962,97
Poder Público	437.282,20	400.877,41
Iluminação Pública	459.361,35	435.397,93
Serviço Público	257.383,51	267.280,75
Fornecimento - Demais Ativos e Passivos Financeiros	1.172.669,57	(6.674.331,25)
Encargos de Conexão de Agentes de Geração	8.798,68	6.429,80
Encargos de Conexão de Agentes Consumidores Livres	1.932.057,97	0,00
Fornecimento não faturado	44.432,99	33.191,04
Doações, Contribuições e Subvenções	2.148.140,28	4.246.389,08
Total Fornecimento Energia	99.645.749,34	93.625.848,89
Outras Receitas Operacionais		
Uso Mútuo de Postes	754.231,60	592.204,52
Serviço Taxado	62.855,14	49.853,51
Serviço de Manutenção de Iluminação Pública	143.723,08	134.291,64
Serviço de Engenharia	-	14.108,80
Arrecadação de Convênios	3.548,90	10.877,98
Ganhos na Alienação de Materiais	307.793,00	110.235,82
Receita de Construção	4.249.817,08	2.493.648,95
Outras Receitas	4.989,31	6.067,63
Total das Receitas Operacionais	5.526.958,11	3.411.288,85
Total Geral	105.172.707,45	97.037.137,74

30. DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL

Os saldos referentes às “Deduções da Receita Operacional”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Conta	Imposto	31/12/2023	31/12/2022
Tributos Sobre a Receita		(16.125.955,95)	(18.019.447,19)
	ICMS	(16.083.061,69)	(17.986.445,76)
	ISS	(42.894,26)	(33.001,43)
Encargos Consumidor		(21.007.510,65)	(17.850.867,96)
Totais Deduções da Receita		(37.133.466,60)	(35.870.315,15)

31. CUSTOS E DESPESAS

Os saldos referentes aos “Custos e Despesas”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

CUSTOS	(48.431.110,80)	(45.223.802,18)
(-) Dispêndios de Aquisição da Energia Elétrica	(36.116.247,59)	(35.011.437,64)
(-) Encargos de Transmissão, Conexão e Distribuição	(12.314.863,21)	(10.212.364,54)
DESPESAS	(16.346.295,89)	(13.829.514,13)
(+) Recuperação de Despesas	103.927,28	109.781,33
(-) Pessoal e Administrativo	(5.914.479,59)	(5.572.364,74)
(-) Material	(566.006,29)	(615.857,43)
(-) Serviços de Terceiros	(2.049.877,72)	(1.793.507,48)
(-) Depreciações	(1.734.701,17)	(1.574.264,02)
(-) Arrendamento e Aluguéis	(518.426,07)	(486.449,88)
(-) Seguros	(90.243,31)	(75.569,67)
(-) Despesas Tributárias	(28.943,90)	(57.687,87)
(-) Doações, Contribuições e Subvenções	(377.030,00)	(455.030,00)
(-) Provisão Para créditos de Liquidação Duvidosa	38.745,66	61.789,59
(-) Outras Despesas de Construção	(4.249.817,08)	(2.493.648,95)
(-) Outras Despesas Operacionais	(959.443,70)	(876.705,01)

32. DETALHAMENTO DO RESULTADO FINANCEIRO

Os saldos referentes ao “Resultado Financeiro”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Grupo	Contas	31/12/2023	31/12/2022
Receitas Financeiras		3.089.295,52	2.728.522,57
	Rendas Aplicação Financeira	2.421.077,48	1.861.253,00
	Acréc. Moratório Energia	292.341,45	330.587,41
	Ativo Financeiro Setorial	28.908,83	395.529,46
	Juros sobre capital próprio	9.333,68	3.578,11
	Outras Receitas Financeiras	272.647,35	95.358,79
	Lucros ou Dividendos Recebidos	64.986,73	42.215,80
Despesas Financeiras		(363.271,63)	(476.115,64)

	Juros	(1.461,97)	(2.554,07)
	Passivo Financeiro Setorial	(299.691,86)	(455.271,45)
	Outras Desp. Financeiras	(62.117,80)	(18.290,12)

33. RECONCILIAÇÃO DAS TAXAS EFETIVAS E NOMINAIS DA PROVISÃO PARA O IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo da provisão do Imposto de Renda e Contribuição Social neste exercício são demonstradas a seguir:

Grupo	31/12/2023	31/12/2022
TOTAL ACUMULADO NO EXERCÍCIO	2.741.129,41	1.994.292,51
IRPJ 15%	411.169,41	299.143,88
IRPJ ADICIONAL 10%	250.112,94	175.429,25
(-) Deduções Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente	(4.111,69)	(1.840,23)
(-) Deduções Fundos Nacional, Estadual ou Municipal do Idoso	(4.111,69)	(1.840,23)
(-) Deduções Valor da Remuneração da prorrogação Licença Maternidade e da Licença Paternidade	(14.870,44)	(3.550,56)
IRPJ TOTAL PROVISIONADO	638.188,51	467.342,11
CSLL TOTAL PROVISIONADO	246.701,65	179.486,32
TOTAL DE IRPJ E CSL	884.890,16	646.828,43

34. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações Gerais

A permissionária avalia que os riscos são mínimos, pois não existe concentração de parte contrária, e as operações são realizadas com bancos de reconhecida solidez, dentro de limites aprovados pelo conselho de administração.

b) Concentração de Risco de Crédito

Parte substancial das vendas é bastante pulverizada a um grande número de consumidores. No caso desses consumidores, o risco de crédito é mínimo devido à grande carteira e aos procedimentos de controle, os quais monitoram esse risco.

Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face às eventuais perdas na realização destes. Existem consumidores com montantes expressivos que possam significar risco a atividade.

c) Moeda Estrangeira

A CEGERO não contratou operações com moeda estrangeira no exercício de 2023.

d) Risco de Liquidez

O risco de liquidez é medido pela capacidade de a cooperativa cumprir com suas obrigações de curto prazo, médio prazo e longo prazo, tendo presente a sua estrutura de reservas financeiras, de ativos e linhas de crédito disponíveis para captação de novos recursos e principalmente fluxo de caixa.

Na data base das demonstrações contábeis, o índice liquidez corrente e liquidez geral eram de 2,09 e 2,10 respectivamente, não havendo indicativo de falta de capacidade de liquidação das obrigações existentes, sejam de curto, médio e longo prazo.

35. SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

A CEGERO iniciou a adequação aos requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), nº 13.709/2018, em agosto de 2021, conforme deliberação em reunião do conselho de administração. Atualmente, o processo encontra-se na etapa de execução de melhorias em conjunto com a Resolução Normativa da ANEEL nº 964/2021, que por sua vez, dispõe sobre a política de segurança cibernética a ser adotada pelos agentes do setor de energia elétrica.

Ao todo, 12 documentos estão sendo desenvolvidos, entre procedimentos, manuais e políticas, de forma a atender aos requisitos legais e manter os sistemas, informações e dados pessoais seguros.



Francisco Niehues Neto
Presidente
CPF: 437.499.179-49



Janio Dinarte Koch
Secretário
CPF: 298.312.029-53



Adilson Soethe
Contador CRC/SC-031320/O-2
CPF: 053.893.989-39

Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal

AUDICONSULT **AUDICONSULT Auditores S/S**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Diretores, Conselheiros e Associados da

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE SÃO LUDGERO - CEGERO

São Ludgero - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE SÃO LUDGERO - CEGERO**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE SÃO LUDGERO - CEGERO**, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada: "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Cooperativa de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos conclusão de auditoria sobre esse relatório.

A cooperativa está desobrigada de apresentar o Relatório da Administração. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE SÃO LUDGERO – CEGERO** é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

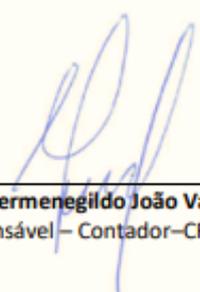
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

São José (SC), 23 de fevereiro de 2024.



Hermenegildo João Vanoni

Sócio Responsável – Contador – CRC-SC 14.874/O-7

AUDICONSULT Auditores S/S

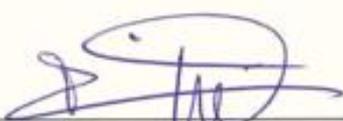
CRC-SC 4.012

PARECER DO CONSELHO FISCAL

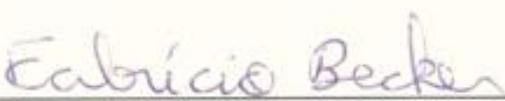
O Conselho Fiscal da Cooperativa de Eletricidade de São Ludgero - CEGERO, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório da Administração da CEGERO, o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Sobras ou Perdas, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e as respectivas Notas Explicativas, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, e tomando como base o Relatório dos Auditores Independentes, é de opinião que as citadas peças, examinadas à luz da legislação societária vigente, encontram-se em condições de serem aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária da CEGERO.

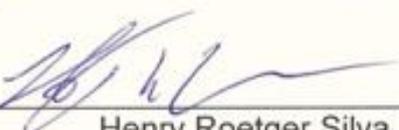
São Ludgero, 06 de março de 2024.

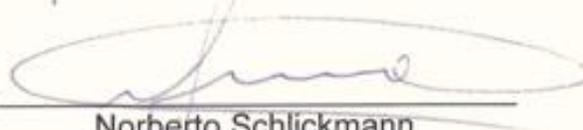


Henrique Buss
Conselheiro

Renato Stang
Conselheiro

Rodrigo Philippi
Conselheiro

Fabricio Becker
Conselheiro

Henry Roetger Silva
Conselheiro

Norberto Schlickmann
Conselheiro

Relatório de Recomendações dos Auditores Independentes para Aprimoramento dos Controles Internos

AUDICONSULT **AUDICONSULT Auditores S/S**

I - RELATÓRIO CONTROLES INTERNOS

Como parte integrante do trabalho desenvolvido por essa auditoria independente e atendendo ao que estabelece a Resolução 933/2021 da ANEEL, fizemos as seguintes considerações:

II - COMENTÁRIOS SOBRE A EXTENSÃO DA REVISÃO E RECOMENDAÇÕES DESTINADAS AO APRIMORAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS E DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS EXTENSÃO DA REVISÃO

Consubstanciado no escopo de nossos trabalhos e, levando em conta à emissão de um relatório formal de auditoria na data base de 31 de dezembro de 2023, nossos trabalhos concentraram-se na avaliação dos sistemas de controles internos exercidos, considerando seus reflexos na apresentação e adequada divulgação das informações e registros contábeis.

Para fundamentar os trabalhos de auditoria relacionados ao exame das demonstrações contábeis, somos responsáveis por desenvolver nossos trabalhos em conformidade com os dispositivos das Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, as quais incluem provas dos registros contábeis, da documentação e outros procedimentos que julgamos necessários nas circunstâncias.

Nesse sentido, apresentamos a seguir nossas constatações e recomendações destinadas ao aprimoramento e/ou fortalecimento dos sistemas de controles internos e dos procedimentos contábeis utilizados pela Cooperativa, as quais, entendemos, devem ser consideradas como subsídio pela Administração, no processo de melhoria destes controles.

Recebimentos/Pagamentos:

A Cooperativa possui normas internas direcionadas ao recebimento e pagamentos, sendo que todas as operações são realizadas através de rede bancária e afins.

Conciliações Contábeis:

Para realização dos trabalhos, foram apresentadas conciliações contábeis detalhadas em planilhas, juntamente com os documentos físicos que deram suporte aos registros na contabilidade.

Todas as rubricas contábeis constam conciliação e apresentam saldo adequado.

AUDICONSULT AUDICONSULT Auditores S/S

Destacamos que a prática de se efetuar composição/conciliação dos saldos contábeis é uma eficaz ferramenta de controle interno, uma vez que, além de fortalecer os controles exercidos, permite identificar e corrigir eventuais divergências apuradas de forma tempestiva, propiciando assim a apresentação dos registros e informações contábeis com maior propriedade.

Estoques:

A composição do Almojarifado em 31/12/2023 apresenta-se da seguinte forma:

Descrição	2023
Almojarifado Operacional	72.188,00
Estoque de Sucatas	5.079,93
Adiantamentos a Fornecedores	239,44
Ferramentas / EPI'S	27.316,13
Total	104.823,50

A cooperativa mantém controle físico de materiais mantidos em estoque. Identificamos que é prática da cooperativa a formalização dos procedimentos aplicados na execução do inventário físico.

A contagem do estoque foi realizada com base no Relatório de Materiais – Físico/Financeiro posição em 9 de novembro de 2023.

COD.	Descrição do Material	Estoque	Contagem	Conferência
1540	CABO ALUMÍNIO COM ALMA NU 2/0 AWG CAA (i)	902,36	973	-70,64
1050	CABO ALUMÍNIO SEM ALMA NU 4 AWG CA (i)	338,82	320	18,82
1790	CABO MULTIPLEX ALUMÍNIO XLPE 3X1X35M ² + 1X35MM ² NEUT ISOLADO (i)	1.902,66	1.784	118,66
7235	CHAVE FUSÍVEL BASE C POLIMÉRICA 15kV 100A 10Ka C/FERRAGEN (ii)	15	26	-11
7250	CHAVE SECCIONADORA PORCELANA 25KV 500A MONOF MANUAL A SECO	2	3	-1
13190	CINTA CIRCULAR 240 MM	54	57	-3
3500	CRUZETA METÁLICA 90 X 90 X 2.400MM GALVANIZADA (ii)	67	117	-50
28005	HASTE TERRA COBREADA 5/8"X2,40MT ALTA CAMADA (ii)	47	77	-30
9060	ISOLADOR BASTÃO POLIMÉRICO DE ANCORAGEM - 15KV	128	130	-2
9050	ISOLADOR BASTÃO POLIMÉRICO DE ANCORAGEM - 25KV	85	83	2
9070	ISOLADOR PILAR PORCELANA 25KV MARROM (ii)	167	256	-89
3705	MÃO FRANCESA PERFILADA 1970 MM BECO	12	13	-1
5235	MEDIDOR ELETRÔNICO MONOFÁSICO 15(120) A MICROGERAÇÃO	46	45	1
5230	MODEM GPO - MODEM TELEMETRIA GPRS (POSTYOU)	18	17	1
11085	TRANSFORMADOR 13,8KV 380/220V 112,5KVA TRIFÁSICO CONVENCIONA	5	4	1
11080	TRANSFORMADOR 13,8KV 380/220V 75KVA TRIFÁSICO CONVENCIONAL	9	7	2

Realizamos a contagem de 71 itens em estoques, dos quais, 16 deles apresentaram algum tipo de divergência, onde destacamos os seguintes apontamentos;

- i. Cabos: apresentaram divergência entre o registro e a contagem física, dos 3 modelos contados, 2 apresentaram falta e 1 sobra.

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

ii. Essas divergências são resultantes do não lançamento do documento fiscal no sistema, que já fora recebido fisicamente e alocado com os demais, causando sobras físicas.

Recomendamos que seja revisto os procedimentos de entrada e saída, para que todos os movimentos sejam baixados tempestivamente.

Ambiente de Controle Interno:

Na nossa avaliação, a entidade possui controles internos adequados diante de sua estrutura operacional e complexidade das operações, especialmente com relação à observação das práticas contábeis e controles auxiliares.

A entidade possui como elementos básicos de seus controles as seguintes instituições:

- Estatuto social
- Conselhos de administração e fiscal
- Departamento de informática
- Departamento de contabilidade
- Departamento Técnico
- Auditoria independente

A cooperativa possui política de treinamento e conscientização do corpo funcional a respeito dos riscos e controle internos, se utilizando do programa de treinamento disponibilizado pelo OCESC e SESCOOP-SC, em parceria com a FECOERUSC.

Monitoramento Contábil e Fiscal:

O monitoramento contábil e fiscal é executado pela área contábil, mediante revisões mensais de aspectos contábeis, controles internos, aspectos fiscais, tributários e aspectos societários.

As técnicas de monitoramento utilizadas abrangem os seguintes procedimentos:

- Conciliação geral de contas
- Contagem física de bens e valores
- Revisão de aspectos fiscais e tributários
- Análises comparativas
- Revisão de aspectos societários
- Preparação de demonstrações contábeis

AUDICONSULT

AUDICONSULT Auditores S/S

Monitoramento Operacional:

O monitoramento operacional é realizado pelo departamento técnico sob a responsabilidade de um Engenheiro Eletricista e supervisão direta do Presidente.

Software:

A cooperativa utiliza *software* de gestão desenvolvido pela empresa Useal Sistemas. O programa contém um módulo denominado Atendimento, o qual registra todas as solicitações de serviços de manutenção de redes de distribuição. Ao final de cada período mensal, são emitidos relatórios dos atendimentos realizados para fins de análise e avaliação em reunião do Conselho de Administração e para compor a relatório anual de prestação de contas da administração.

Documentação Legal

Atas de Assembléias Gerais

As assembléias gerais são realizadas regularmente dentro dos primeiros três meses do exercício subsequente ao de encerramento.

As deliberações observam regularmente o que determina a Lei cooperativista e o estatuto social da cooperativa.

A Assembleia Geral Ordinária realizada em 24 de março de 2023 encontra-se registrada na JUCESC em 12 de abril de 2023, sob o número 20230417043.

Do Conselho de Administração

O Conselho de Administração vem reunindo-se conforme a regularidade prevista no artigo 34 do Estatuto Social e deliberando assuntos de sua competência, atendendo as determinações da assembleia, realizando o planejamento, traçando normas para as operações e serviços da cooperativa, controlando seus e administrando seus resultados.

Conselho Fiscal

A renovação e composição do Conselho Fiscal estão de acordo com o artigo 56 da Lei 5.764/71, o Conselho vem reunindo-se conforme a regularidade prevista no artigo 40 do Estatuto Social e deliberando assuntos de sua competência, registrando em ata as deliberações de decisões tomadas.

AUDICONSULT AUDICONSULT Auditores S/S

Estatuto Social

O Estatuto Social vigente possui disposições atualizadas considerando sua última alteração ocorrida na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de julho de 2017, registrada na JUCESC em 11 de janeiro de 2018, sob número 20170852431.

Prestação de Contas

A prestação anual de contas obedece ao disposto no art. 44 da Lei 5.764/71, oferecendo volume considerável de informações sobre as atividades da cooperativa em seu relatório da gestão.

Provisão para Devedores Duvidosos:

O registro contábil da provisão é suportado pelo Sistema USEAL. Verificamos que o montante provisionado na contabilidade, posição 31/12/2023, atende o que dispõe a Resolução da ANEEL, conforme demonstramos a seguir:

- a) Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- b) Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias; e
- c) Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros, há mais de 360 dias.

Consumidores	Saldos	Vencidos		Saldo	
	Vincendos	Até 90 dias	Mais 90 dias	31/12/2023	31/12/2022
Residencial	1.148.502,72	216.752,12	5.717,04	1.370.971,88	1.036.559,60
Industrial	7.461.063,48	366.015,99	67.215,93	7.894.295,40	7.146.808,57
Comercial	504.340,11	90.398,08	9.245,16	603.983,35	481.531,74
Rural	730.347,77	133.612,23	187,80	864.147,80	650.778,07
Poder Público	45.539,15	0,00	0,00	45.539,15	38.454,74
Iluminação Pública	42.033,64	0,00	232,08	42.265,72	36.928,88
Serviço Público	22.391,69	0,00	0,00	22.391,69	22.936,06
Juros e Multas	35.721,76	21.924,27	3.110,91	60.756,94	32.106,48
Total	9.989.940,32	828.702,69	85.708,92	10.904.351,93	9.446.104,14

Inadimplência:

De acordo com os relatórios em 31/12/2023, a cooperativa possuía um total de operações vencidas de R\$ 914 mil. Este montante representa 8,38% do total das operações de fornecimento de energia e serviços dos valores correntes.

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

III - Considerações Finais

Nossos exames foram processados pelo método de amostragem na extensão e profundidade julgadas necessárias na oportunidade tendo por base o conjunto de controles internos adotados pela entidade, relatórios e peças contábeis e outros documentos colocados a nossa disposição.

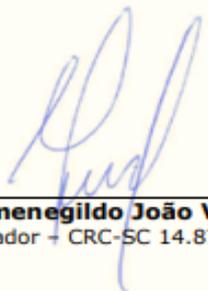
Os trabalhos foram desenvolvidos atendendo aos princípios técnicos e normas de auditoria usualmente adotadas, de acordo com o que recomenda o Conselho Federal de Contabilidade e levou em consideração a legislação tributária, comercial e cooperativista vigentes.

Como nossas verificações foram realizadas mediante a aplicação de testes ou amostragem, não descartamos a hipótese da existência de outras ocorrências não reveladas na auditoria.

O conhecimento do conteúdo deste relatório deve estar restrito à **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE SÃO LUDGERO - CEGERO**. A utilização para outros fins que não o interno, será de responsabilidade de sua administração.

Permanecemos ao inteiro dispor dos senhores para quaisquer esclarecimentos adicionais julgados necessários.

Atenciosamente,



Hermenegildo João Vanoni
Contador - CRC-SC 14.874/O -7

AUDICONSULT Auditores S/S
Registro: CRC-SC 4.012

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 2023



cegero
UMA COOPERATIVA
DE PESSOAS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS EM 31/12/2023 E 31/12/2022

(Valores expressos em milhares de reais)

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	NEs	31/12/2023	31/12/2022
Ativo Circulante		33.034	29.907
Caixa e Equivalentes de Caixa		20.622	19.047
Caixa		5	2
Numerários em Trânsito		0	2
Bancos Conta Movimento		257	405
Aplicações no Mercado Aberto		20.360	18.638
Direitos Realizáveis		12.412	10.860
Consumidores	4.	11.357	9.904
Encargos de Uso da Rede	4.	193	1
Serviços em Curso		39	39
Almoxarifado Operacional		105	88
Ativos Financeiros Setoriais	6.	297	345
Despesas pagas antecipadamente		34	67
Outros Ativos Circulantes		387	416
Ativo Não Circulante		37.813	34.570
Investimento		155	91
Bens e Ativ. não Vinc. à Concessão do Ser. Púb. Energia Elétrica		155	91
Bens de Uso	5.	37.653	34.470
Imobilizado		37.653	34.470
Intangível	5.3	5	9
Intangível		5	9
Total do Ativo		70.847	64.477
Passivo Circulante		15.345	14.319
Fornecedores		6.224	5.159
Obrigações Sociais e Trabalhistas		916	900
Tributos		1.639	1.419
Encargos Setoriais		1.773	1.738
Passivos Financeiros Setoriais	6.	3.855	4.307
Obrigações com Associados		25	0
Outros Passivos Circulantes		913	796
Passivo Não Circulante		1.083	854
Obrigações Vinculadas a Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	10.	1.083	854
Patrimônio Líquido	11.	54.419	49.304
Capital Social		256	244
Reservas de Capital		53.329	48.421
Fundo de Reserva para Expansão e Melhorias		46.582	42.264
Fundo de Reserva		6.325	5.769
FATES		422	388
Sobras à Disposição da Assembleia		834	639
Total do Passivo		70.847	64.477

As Notas Explicativas Regulatórias são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS EM 31/12/2023 E 31/12/2022

(Valores expressos em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Receita Operacional Bruta	100.923	94.544
(+) Fornecimento de Energia Elétrica	42.001	52.539
(+) Disponibilização dos Sistemas de Transmissão e Dist.	54.324	43.515
(+) Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	1.173	(6.674)
(+) Serviços Cobráveis	63	50
(+) Doações, Contribuições e Subvenções	2.148	4.246
(+) Outros Ingressos e Rendas	1.214	868
Tributos	(16.126)	(18.020)
(-) ICMS	(16.083)	(17.987)
(-) ISS	(43)	(33)
Encargos – Parcela “A”	(21.008)	(17.851)
(-) Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(16.592)	(12.705)
(-) Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(57)	(54)
(-) Outros Encargos	(4.359)	(5.092)
Receita Operacional Líquida	63.789	58.673
Custos Não Gerenciáveis – Parcela “A”	(48.431)	(45.224)
(-) Dispendios de Aquisição da Energia Elétrica	(36.116)	(35.011)
(-) Encargos de Transmissão, Conexão e Distribuição	(12.315)	(10.212)
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis	15.358	13.449
Custos Gerenciáveis – Parcela “B”	(12.096)	(11.336)
(+) Recuperação de Despesas	104	110
(-) Pessoal e Administrativo	(5.915)	(5.572)
(-) Material	(566)	(616)
(-) Serviços de Terceiros	(2.050)	(1.794)
(-) Depreciações	(1.735)	(1.574)
(-) Arrendamento e Aluguéis	(518)	(486)
(-) Seguros	(90)	(76)
(-) Despesas Tributárias	(29)	(58)
(-) Doações, Contribuições e Subvenções	(377)	(455)
(-) Provisão P/ créditos de Liquidação Duvidosa	39	62
(-) Outras Despesas Operacionais	(959)	(877)
Resultado Operacional	3.262	2.114
Resultado Financeiro	2.726	2.252
(+) Receita de Aplicação Financeira	2.421	1.861
(+) Outras Receitas Financeiras	668	867
(-) Outras Despesas Financeiras	(363)	(476)
Resultado Líquido	5.988	4.366
Tributos e Contribuições S/Resultado	(885)	(647)
Provisão Contribuição Social	(247)	(179)
Provisão para Imposto de Renda	(638)	(467)
Resultado Líquido das Operações em Continuidade	5.103	3.719
Resultado Líquido do Exercício	5.103	3.719

As Notas Explicativas Regulatórias são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS EM 31/12/2023 E 31/12/2022

(Valores expressos em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Descrição	31/12/2022	31/12/2022
RESULTADO DO EXERCÍCIO	5.103	3.719
Outros Resultados Abrangentes	457	543
Reversão FATES	457	543
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	5.560	4.262

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATORIAS DO EXERCÍCIO DE 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO REGULATÓRIA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Eventos	Capital Social	Reserva de Capital			Sobras a Disposição da AGO	Total
		FATES	Reserva Legal	Expansão e Melhoria		
SALDO EM 31/12/2021	234	718	5.343	38.736	545	45.576
MUTAÇÕES EM 2022	9	(330)	426	3.528	95	3.728
Integralização de Capital	11	-	-	-	-	11
Incorporação das Sobras	-	-	-	545	(545)	-
Devolução de Capital	(2)	-	-	-	-	(2)
Reversão das Reservas	-	(543)	-	-	543	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	3.719	3.719
Destinações	-	213	426	2.984	(3.623)	-
SALDO EM 31/12/2022	244	388	5.769	42.264	639	49.304
MUTAÇÕES EM 2023	12	34	556	4.318	195	5.115
Integralização de Capital	14	-	-	-	-	14
Incorporação das Sobras	-	213	-	426	(639)	-
Devolução de Capital	(2)	-	-	-	-	(2)
Reversão das Reservas	-	(457)	-	-	457	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	5.103	5.103
Destinações	-	278	556	3.892	(4.726)	-
SALDO EM 31/12/2023	256	422	6.325	46.582	834	54.419

As Notas Explicativas Regulatórias são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATORIAS DO EXERCÍCIO DE 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO REGULATÓRIA DOS FLUXOS DE CAIXA

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
1 - Sobras Líquidas Antes da Tributação	5.988	4.366
Sobras Líquidas Antes da Tributação	5.988	4.366
2 - Ajuste Por	395	3.050
Depreciação e Amortização Acumulada	921	932
(Aumento) ou Diminuição Consumidores	(1.453)	1.407
(Aumento) ou Diminuição de Conc. e Permissionárias	(192)	(0)
(Aumento) ou Diminuição de Tributos Compensáveis	0,00	71
(Aumento) ou Diminuição de Serviços em Curso	(1)	(13)
(Aumento) ou Diminuição de Almoxarifado	(17)	(35)
(Aumento) ou Diminuição de Ativos Financeiros Setoriais	48	3.438
(Aumento) ou Diminuição de Despesas pagas Antecipadamente	34	(10)
(Aumento) ou Diminuição de Outros Ativos	29	309
(Diminuição) ou Aumento de Fornecedores	1.065	(98)
(Diminuição) ou Aumento de Obrig. Sociais e Trabalhistas	16	145
(Diminuição) ou Aumento de Tributos e Contribuições	220	(1.154)
(Diminuição) ou Aumento de Encargos Setoriais	35	(1.273)
(Diminuição) ou Aumento de Passivos Financeiros Setoriais	(452)	(761)
(Diminuição) ou Aumento de Outros Passivos Circulantes	142	92
3 - Caixa Proveniente das Operações (1+2)	6.383	7.416
4- Caixa Proveniente das Operações	(885)	(646)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(885)	(646)
5 - Caixa Líq. Proveniente das Atividades Oper. (3+4)	5.498	6.770
6 - Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	(3.935)	(3.009)
Ativo Imobilizado / Intangível	(4.100)	(3.195)
(Diminuição) ou Aumento de Obrigações Vinculadas a Conc.	229	224
Participação em Cooperativas de Crédito	(64)	(38)
7 - Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	12	9
Integralização de Capital	14	11
Devolução de Capital	(2)	(2)
	0,00	0,00
8 – Variação no Caixa (5+6+7)	1.575	3.770
Aumento Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa	1.575	3.770
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	19.047	15.277
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	20.622	19.047

As Notas Explicativas Regulatórias são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Notas Explicativas sobre as Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Valores expressos em milhares de reais (Exceto quando demonstrado de outra forma)

1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

No negócio de geração, a Outorgada além de vender energia por meio dos leilões para as distribuidoras por meio do mercado cativo, também vende energia à Consumidores Livres no mercado livre – ACL. No mercado livre - ACL, a energia é negociada por meio das concessionárias de geração, PCH – Pequenas Centrais Hidrelétricas, autogeradores, comercializadores e importadores de energia.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995. Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres no mercado regulado. As geradoras estatais podem vender energia a consumidores livres, mas em vez de geradores privados, são obrigados a fazê-lo através de um processo de leilão. De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis. Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis.

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

3. Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias apresentadas, no presente relatório exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

3.1 Ativos e passivos financeiros setoriais: O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a Empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de Concessão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da Empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu Contrato de Concessão.

Em 23 de outubro de 2018, a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a contratada, Cooperativa de Eletricidade de São Ludgero - CEGERO, firmou o Contrato de Permissão para Distribuição nº 008/2018-ANEEL, tendo como objetivo eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A sob o título de outros componentes financeiros.

3.2 Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização).

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

3.3 Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização:

- a) Período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização;
- b) Utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização;
- c) O montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização e;

d) Os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados. No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

3.4 Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

3.5 Obrigações especiais vinculadas à Concessão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

3.6 Reserva de reavaliação: É realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória estabelecida pela ANEEL ainda não foi determinada.

3.7 Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada

considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

3.8 Base de Consolidação - Não Aplicável

Do ponto de vista conceitual, as demonstrações individuais só deveriam ser divulgadas publicamente para o caso de entidades que não tivessem investimentos em controladas. No caso de existência desses investimentos, as entidades deveriam divulgar somente as demonstrações consolidadas, conforme estabelecido nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

A cooperativa não possui investimentos em controladas entendendo também não estar sujeita a consolidação de suas demonstrações por se tratar de uma sociedade de pessoas e não de capital, regida por lei própria que a distingue das demais sociedades.

4. Consumidores e Concessionárias e Permissionárias

DESCRIÇÃO	VALORES CORRENTES							VALORES RENEGOCIADOS					Total 2023	Total 2022
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA				Provisão p/ Devedores Duvidosos	RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA		Provisão p/ Devedores Duvidosos		
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias			
Fornecimento de Energia	10.300	98	835	21	3	65	(67)	21	70	9	21	(19)	11.357	9.904
Residencial	1.157	-	222	1	1	5	(6)	-	-	-	-	-	1.380	1.041
Industrial	7.479	-	379	19	-	51	(51)	21	70	9	21	(19)	7.979	7.311
Comercial	507	-	93	1	0	9	(10)	-	-	-	-	-	600	471
Rural	734	-	137	0	0	0	(0)	-	-	-	-	-	871	656
Poderes Públicos	46	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	46	39
Iluminação Pública	42	-	-	-	-	0	(0)	-	-	-	-	-	42	37
Serviço Público	22	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	22	23
Fornecimento Não Faturado	247	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	247	202
Serviço Taxado	8	-	3	0	2	0	(0)	-	-	-	-	-	13	11
Participação Financeira	47	98	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	146	110
Outros Créditos de Consumidores	11	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	3
Encargos de Uso da Rede Elétrica	193	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	193	1
Total	10.493	98	835	21	3	65	(67)	21	70	9	21	(19)	11.550	9.905

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- 1) Análise criteriosa das Contas a Receber para casos específicos:
- 2) Casos normais, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo:
 - a) Residenciais vencidos a mais de 90 dias;
 - b) Comerciais vencidos a mais de 180 dias; e
 - c) Industrial, Poder Público e Iluminação Pública vencidos a mais de 360 dias.

5. IMOBILIZADO

5.1. A composição do imobilizado e suas movimentações é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Valor bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas (A)-(B)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2023	Valor Líquido em 31/12/2022
Distribuição	41.461	3.976	(1.344)	44.093	2.632	(11.910)	32.183	30.411
Terrenos	716	-	-	716			716	716
Edificações, obras civis e benfeitorias	260	9	-	269	9	(111)	158	158
Máquinas e equipamentos	38.904	3.045	(1.028)	40.921	2.017	(10.740)	30.181	29.171
Veículos	1.354	911	(316)	1.949	595	(956)	993	228
Móveis e utensílios	227	11	-	238	11	(103)	135	138
Administração	1.883	16	(55)	1.845	(38)	(1.124)	721	815
Máquinas e equipamentos	1.016	10	(55)	972	(44)	(600)	372	433
Veículos	237	-	-	237	-	(237)	-	-
Móveis e utensílios	629	6	-	636	6	(287)	349	382
Subtotal	43.344	3.993	(1.399)	45.938	2.594	(13.034)	32.904	31.226
Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Valor bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas (A)-(B)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2023	Valor Líquido em 31/12/2022
Distribuição	3.244	10.544	(9.039)	4.749	1.505	-	4.749	3.244
Máquinas e equipamentos	944	5.257	(3.346)	2.855	1.911	-	2.855	944
Outros	2.300	5.287	(5.693)	1.895	(406)	-	1.895	2.300
Administração	-	14	(14)	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	10	(10)	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílio	-	4	(4)	-	-	-	-	-
Subtotal	3.244	10.558	(9.052)	4.749	1.505	-	4.749	3.244
Total do Ativo Imobilizado	46.588	14.550	(10.451)	50.687	4.099	(13.034)	37.653	34.470

5.2. Composição dos saldos do ativo imobilizado

	2023				2022
	Taxas Anuais médias de depreciação %	Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Distribuição	4,35%	44.093	(11.910)	32.183	30.412
Custo histórico	4,35%	44.093	(11.910)	32.183	30.412
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Administração	8,66%	1.845	(1.124)	721	814
Custo histórico	8,66%	1.845	(1.124)	721	814
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
		45.938	(13.034)	32.904	31.226
Em curso					
Distribuição	-	4.749	-	4.749	3.244
	-	4.749	-	4.749	3.244
		50.687	(13.034)	37.653	34.470

5.3. A composição do intangível

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Valor bruto em 31/12/2023	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2023	Valor Líquido em 31/12/2022
Ativo Intangível em Serviço					
Administração	47	47	(42)	5	9
Softwares	44	44	(41)	3	7
Outros	3	3	(1)	2	2
Comercialização	-	-	-	-	-
Subtotal	47	47	(42)	5	9
Total do Ativo Intangível	47	47	(42)	5	9

5.4 A composição da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição é como segue:

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Valor bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas (A)-(B)
	38.904	3.045	(1.028)	40.921	2.017
Transformador de Distribuição	3.245	492	(200)	3.537	292
Medidor	1.309	157	(88)	1.378	69
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	6.377	499	(147)	6.729	352
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	14.960	1.486	(288)	16.158	1.198

Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	12.979	15	(17)	12.977	(2)
Demais Máquinas e Equipamentos	34	396	(288)	142	108

5.5. A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material/ Equipamento	Serviços de Terceiro	Mão de obra própria	Depreciação/ Amortização	Outros Gastos	Total
Terrenos	-	3	-	-	-	3
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3	9	-	-	-	12
Máquinas e Equipamentos	2.420	2.170	465	3	209	5.267
Veículos	4	284	-	-	-	288
Móveis e Utensílios	5	9	-	-	-	14
Trans., Fáb. e Reparo de Materiais	9	-	-	-	-	9
Material em Depósito	2.238	-	-	-	-	2.238
Compras em Andamento	1.548	-	-	-	-	1.548
Adiantamentos a Fornecedores	1.179	-	-	-	-	1.179
Total das Adições	7.406	2.475	465	3	209	10.558

5.6 Taxas de Depreciação do Ativo Imobilizado

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 2015, são as seguintes:

Distribuição	Taxas Anuais de Depreciação (%)
Banco de capacitores	6,67%
Chave de distribuição	6,67%
Condutor do sistema	3,57%
Estrutura do sistema	3,57%
Regulador de tensão	4,35%
Transformador de Medida	4,35%
Transformador de Distribuição	4,00%
Administração	
Veículos	14,29%
Edificações	3,33
Equipamento Geral	6,25%
Equipamento Geral de Informática	16,67%
Software	20,0%
Urbanizações e Benfeitorias	3,33%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 e alterações, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

5.7 As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição	Valor em Reais
CAMINHÃO MERCEDES BENZ ATEGO - 1726/42 4X4 CHASSI: 9BM958078NB281033	911.385,14
POSTE CIRCULAR DE CONCRETO 11 M / 600 daN	285.460,26
TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO 13,8kV 380/220 V 75 KVA TRIFÁSICO	267.062,07
REGULADOR DE TENSÃO 15KV 552KVA 400A MONOFÁSICO	194.591,91
POSTE DUPLO T DE CONCRETO 11 M/ 300 daN	177.787,41
POSTE CIRCULAR DE CONCRETO 12 M/ 600 daN	175.210,30
CONDUTOR DE ALUMÍNIO COM ALMA DE AÇO NÚ 1/0 AWG	140.432,83
CONDUTOR DE ALUMÍNIO ISOLADO- XLPE 3X1X50mm ² +50mm ²	104.953,42
CONDUTOR DE ALUMÍNIO ISOLADO- XLPE 3X1X35mm ² +35mm ²	100.068,64
TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO 13,8kV 380/220 V 30 KVA TRIFÁSICO	89.874,92

5.8 As dez principais baixas (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição	Valor em Reais
CAMINHÃO MERCEDES BENZ 1725/42 CHASSI 9BM958078AB740745	316.210,33
REGULADOR DE TENSÃO 15KV 552KVA 400A MONOFÁSICO	232.054,83
TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO 13,8kV 380/220 V 45 KVA TRIFÁSICO	77.515,37
TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO 13,8kV 380/220 V 75 KVA TRIFÁSICO	62.324,29
CAFETEIRAS EXPRESSO AUTOMÁTICAS	42.500,00
CONDUTOR DE COBRE PROTEGIDO - XLPE 10 mm ²	36.973,71
TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO 13,8kV 380/220 V 30 KVA TRIFÁSICO	35.214,76
MEDIDOR ELETRÔNICO MULTIFUNÇÃO PROGRAMÁVEL TRIFÁSICO	35.148,01
CONDUTOR DE ALUMÍNIO COM ALMA DE AÇO NÚ 4 AWG	31.825,12
REGULADOR DE TENSÃO 15KV 414KVA 300A MONOFÁSICO	31.093,91

6. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001 e a nova regulamentação do Setor de Energia Elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

a) Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”

Não há previsão legal de CVA para as Permissionárias. O cálculo de um componente financeiro semelhante à CVA está estabelecido no Submódulo 8.6 do Proret.

b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

I) Neutralidade da Parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste/revisão tarifário em anos anteriores conforme contratos de concessão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

II) Sobrecontratação

De acordo com o item 12 do Submódulo 8.6 do Proret o resultado de Sobrecontratação no Mercado de Curto Prazo terá repasse tarifário integral do resultado das empresas limitado à 105% da sobrecontratação em relação ao mercado regulatório. Os efeitos de sobrecontratações acima do 105% poderão ser analisados de ofício pela ANEEL ou pleiteados pelas permissionárias desde que demonstrado relevante impacto financeiro.

III) Diferimento ou Ressarcimento de reposição tarifária

A ANEEL autorizou a CEGERO, por meio da RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 3.258, DE 26 DE SETEMBRO DE 2023, a aplicar em suas tarifas de fornecimento, a partir de 30/09/2023, reajuste médio de 6,24%, sendo 6,61% relativo ao índice de reajuste tarifário econômico e - 0,37% pela retirada dos componentes financeiros relativos ao processo anterior.

IV) Devolução Tarifária

A Bandeira Tarifária é mecanismo tarifário de cobertura de custos elencados pelo Decreto nº 8.401/2015, e suas revisões subsequentes, que afetem os agentes de distribuição, considerada operacionalmente como adiantamento da CVA do processo tarifário seguinte.

A apuração dos deltas positivos e negativos, seja em relação ao diferencial entre a aplicação da tarifa homologada (tarifa verde) ou desta tarifa homologada acrescida da receita pelo acionamento das bandeiras amarela ou vermelha, deverá ser contabilizada nas contas usualmente utilizadas: 1X11.1.01 – Custos de Aquisição de Energia (CVAenerg) quando o delta for positivo e 2X11.2.06 – Devoluções Tarifárias quando o delta for negativo.

V) Outros

As contratações no ambiente livre geram custos que não são possíveis de serem previstos no momento do processo tarifário, a exemplo do risco hidrológico. Como esses custos podem levar ao desequilíbrio econômico-financeiro para as Permissionárias, faz-se necessário calcular um componente financeiro para evitar o desequilíbrio em questão.

Esse financeiro está regulamentado no Submódulo 8.6 do Proret (Componentes Financeiros).

Este item também traz o valor referente ao PIS/COFINS no contrato de uso da CELESC.

A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/22	Adição	Amortização	Saldo em 31/12/23	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante
Demais Ativos Financeiros Setoriais	345	3.536	(3.584)	297	276	21	297
Neutralidade da Parcela A	303	1.249	(1.276)	276	276	-	276
Sobrecontratação de Energia	-	29	(8)	21	-	21	21
Bandeiras Tarifárias	42	456	(498)	-	-	0	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	1.802	(1.802)	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	345	3.536	(3.584)	297	276	21	297

A movimentação das contas de Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/22	Adição	Amortização	Saldo em 31/12/23	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante
Demais Passivos Financeiros Setoriais	4.307	14.485	(14.937)	3.855	2.909	946	3.855
Neutralidade da Parcela A	62	718	(742)	37		37	37
Sobrecontratação de Energia	21	135	(119)	38	38		38
Devoluções Tarifárias	33		(33)				
Outros	4.191	13.632	(14.043)	3.780	2.871	909	3.780
Total Passivos Financeiros Setoriais	4.307	14.485	(14.937)	3.855	2.909	946	3.855

7. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A CEGERO não operou nenhum empréstimo ou financiamento nos exercícios de 2023 e 2022, em empresas ou entidades financeiras.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

A CEGERO não apurou diferenças temporárias de imposto de renda e a contribuição social diferido sobre resultados regulatórios.

9. PROVISÕES PARA LITÍGIOS

A Cooperativa não possui litígios conceitualmente classificados como de materialidade negativa provável que possam resultar em obrigações.

10. OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

São obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no Serviço Público de Energia Elétrica na Atividade de Distribuição.

10.1. A composição destas obrigações:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação Taxa Média Anual %	Custo Histórico	Total 2023	Total 2022
Em serviço		995	995	795
Participação Financeira do Consumidor	2,95%	532	532	332
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	1,71%	463	463	463
(-) Amortização Acumulada - AIS		(61)	(61)	(37)
Participação Financeira do Consumidor	0	(34)	(34)	(18)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	0	(27)	(27)	(19)
Em curso		149	149	96
Participação Financeira do Consumidor	0	149	149	96
Total		1083	1083	854

10.2. A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (a)	Baixas (b)	Valor Bruto em 31/12/2023	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2023	Valor Líquido em 31/12/2022
Em serviço	795	200	-	995	(61)	934	758
Participação Financeira do Consumidor	332	200	-	532	(34)	498	314
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Cons.	463	-	-	463	(27)	436	444
Total	795	200	-	995	(61)	934	758
Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (a)	Baixas (b)	Valor Bruto em 31/12/2023	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2023	Valor Líquido em 31/12/2022
Em Curso	96	562	(509)	149	-	149	96
Participação Financeira do Consumidor	2	298	(291)	9	-	9	2
Valores Pendentes de Recebimento	93	255	(218)	130	-	130	93
Valores Não Aplicados	1	9	-	10	-	10	1
Total	96	562	(509)	149	-	149	96

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

11.1. Capital Social

11.1.1. Composição do Capital Social: O capital social está representado pelo valor totalmente integralizado, correspondendo a participação de 5.784 (cinco mil, setecentos e oitenta e quatro) associados em 31 de dezembro de 2023.

11.1.2. Movimentação do Capital Social: De acordo com a legislação cooperativista, a conta Capital Social é movimentada nas seguintes hipóteses:

- Na admissão do cooperado, pela subscrição do valor das quotas – partes fixadas no estatuto social;
- Pela subscrição de novas quotas – partes;
- Pela capitalização de sobras e pela incorporação de reservas, exceto as indivisíveis e;
- Pela retirada do cooperado, por demissão, eliminação ou exclusão.

11.2. Natureza e Finalidade das Reservas

11.2.1. Reserva Legal: de caráter indivisível para distribuição entre os associados, é de constituição obrigatória (Fundo de Reserva) nos termos da Lei n.º 5.764/1971. Tem como base a destinação de 10% das sobras do exercício social, de eventuais destinações a critério da Assembleia Geral e se destina à cobertura de perdas decorrentes dos atos cooperativos e não cooperativos.

11.2.2. Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social: de caráter indivisível para distribuição entre os associados, é de constituição obrigatória nos termos da Lei n.º 5.764/1971. Tem como base a destinação de 10% das sobras líquidas do exercício social e pelo resultado das operações com terceiros, destinando-se a cobertura de gastos com assistência técnica, educacional e social dos associados e seus dependentes, assim como de seus colaboradores.

11.2.3. Reserva para Expansão e Melhorias: é constituído estatutariamente por 70% das sobras líquidas do exercício social, de eventuais destinações da Assembleia Geral e se destina a cobrir investimentos e/ou despesas de manutenção e ampliação das redes de distribuição.

11.3. Sobras a Disposição da Assembleia Geral Ordinária – são as sobras líquidas das destinações das reservas acrescidas as suas reversões. Ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária para deliberação quanto a sua destinação, conforme demonstrado no quadro a seguir.

DESCRIÇÃO	2023	2022
Resultado Líquido	5.988	4.365
Tributos e Contribuições S/Resultado	(885)	(646)
(-) Provisão Contribuição Social	(247)	(179)
(-) Provisão para Imposto de Renda	(638)	(467)
Resultados Abrangentes	457	543
(+) Reversão FATES	457	543
DEMONSTRAÇÃO DAS DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS		
Base para Destinações	5.560	4.262
Destinações Estatutárias	(4.726)	(3.623)
(-) Reserva Legal 10%	(556)	(426)
(-) FATES 5%	(278)	(213)
(-) Manutenção e Ampliação 70%	(3.892)	(2.984)
Sobras Líquidas do Período	834	639

11.4. Ajustes de exercícios anteriores

A Cooperativa não identificou a necessidade de ajustes de exercícios anteriores de qualquer natureza.

12. RECEITA OPERACIONAL BRUTA

	N° de Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Receita Bruta						
Fornecimento - Faturado	7.072	6.856	183.592	182.712	94.340	96.014
Residencial	5.450	5.209	19.199	17.443	10.778	9.508
Industrial	181	172	141.640	143.896	70.987	75.072
Comercial	604	603	8.474	7.914	5.056	4.676
Rural	739	773	11.713	11.061	6.365	5.655
Poder público	50	51	717	657	437	401
Iluminação pública	7	7	1.408	1.263	459	435
Serviço público	41	41	441	478	258	267
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	-	-	-	-	1.941	6
Consumidores Livres					1.932	0
Encargos de conexão de agentes de geração					9	6
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado	-	-	-	-	44	33
Regulatórias	-	-	-	-	3.384	(2.378)
Const. e Amortiz RTP Diferimento ou Devolução					489	(3.259)
Demais Ativos e Passivos Financeiros Setoriais					684	(3.415)
Serviços Cobráveis					63	50
Subvenções vinculadas ao serviço concedido					2.148	4.246
Total	7.072	6.856	183.592	182.712	99.709	93.676

13. PESSOAL E ADMINISTRADORES

DESCRIÇÃO	2023	2022
Pessoal	5.467	5.142
Remuneração	3.571	3.376
Encargos	1.184	1.033
Despesas rescisórias	148	195
Outros benefícios - Corrente	536	506
Outros	28	32
Administradores	447	430
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	447	430
Total	5.914	5.572

14. RECONCILIAÇÃO DAS TAXAS EFETIVAS E NOMINAIS DA PROVISÃO PARA O IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A tributação dos ganhos e resultados foi calculada de acordo com a contabilidade societária, tomando como base as operações com não associados, nos termos da legislação vigente. A provisão para imposto de renda e contribuição social foi apurada sobre o lucro, representado pelo resultado obtido em operações com não associados e sobre a receita de aplicação financeira e ganhos na alienação de bens, considerados tributáveis pela legislação fiscal. As taxas efetivas e nominais, utilizadas no cálculo das provisões para o imposto de renda e contribuição social, foram consideradas coincidentes.

15. DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO SEGREGADO POR ATIVIDADE

A Cooperativa opera atividade de distribuição de energia elétrica exclusivamente, cujo desempenho encontra-se retratado na Demonstração do Resultado do Exercício.

16. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL

A Cegero, sediada na cidade de São Ludgero - SC, atende cerca de 7 mil unidades consumidoras, cujo consumo de energia representa uma receita de R\$ 78 milhões. Este ano, o contrato estabelece que seja realizada a Revisão Tarifária Anual – RTA.

A Tabela a seguir mostra um resumo do cálculo tarifário periódico.

Processo tarifário	DRA (R\$)	DRP (R\$)	Variação	Participação no processo tarifário	Participação na Receita
ENCARGOS SETORIAIS	20.618.641,07	23.010.436,97	11,60%	3,08%	27,86%
Taxa de Fisc. de Serviços de E.E. – TFSEE	56.331,88	58.110,23	3,16%	0,00%	0,07%
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	14.016.737,18	13.197.795,73	(5,84%)	(1,06%)	15,98%
CDE Conta-COVID	1.835.863,35	1.856.987,55	1,15%	0,03%	2,25%
CDE Eletrobras	(2.353.303,42)	(334.760,30)	(85,77%)	2,60%	-0,41%
CDE GD		989.701,66	100,00%	1,28%	1,20%
CDE Escassez Hidrica		1.661.538,01	100,00%	2,14%	2,01%
Encargos Serv. Sist. - ESS e Energ. Reserv. – EER	4.524.756,96	3.435.285,33	-24,08%	-1,40%	4,16%
PROINFA	2.538.255,11	2.145.778,75	-15,46%	-0,51%	2,60%
ENERGIA COMPRADA	32.559.523,94	32.950.126,80	1,20%	0,50%	39,90%
Energia	32.559.523,94	32.950.126,80	1,20%	0,50%	39,90%
TRANSPORTE DE ENERGIA	11.151.130,69	13.087.071,34	17,36%	2,49%	15,85%
Uso do sistema de distribuição	11.151.130,69	13.087.071,34	17,36%	2,49%	15,85%
Total de Parcela A	64.329.295,70	69.047.635,11	7,33%	6,08%	83,61%
Total de Parcela B	13.275.486,18	13.536.365,14	1,97%	0,34%	16,39%
Variação econômica				6,42%	
COMPONENTES FINANCEIROS				Participação	
Repasse de PIS COFINS		405.737,39		0,52%	
Neutralidade Encargos Setoriais		368.609,74		0,47%	
Neutralidade Financeiros e Encargos Conta Covid		27.188,86		0,04%	
Neutralidade Conta Escassez		18.820,26		0,02%	
Financeiros associados ao §7º do Art. 88 da Ren 414/2021		(1.438,72)		0,00%	
Financeiro CDE Eletrobras		(269.025,79)		-0,35%	
CVE - Energia		(779.137,36)		-1,00%	
CVE - Encargos		(528.622,53)		-0,68%	
Sobrecontratação/Exposição de Energia		(56.630,79)		-0,07%	
Reversão de Risco Hidrológico		(2.850.552,77)		-3,67%	
Previsão de Risco Hidrológico		3.762.303,44		4,85%	
Garantias financeiras (CCEAR)		50.284,25		0,06%	
Total Financeiros		147.536		0,19%	
Variação econômica e financeira				6,61%	
Retirada dos componentes financeiros relativos ao processo anterior				-0,37%	
Efeito médio a ser percebido pelos Consumidores				6,24%	

Os custos da Parcela A representam 83,61% da receita econômica da Permissionária. As alterações dos custos relativos a essa parcela representam 6,08% da variação econômico-financeira da Cegero, com destaque para:

- a) Encargos Setoriais. O valor total dos encargos setoriais corresponde ao efeito de 3,08% no presente processo tarifário. Destaca-se, principalmente:
 - inserção do encargo CDE Geração Distribuída, destinado ao custeio dos subsídios tarifários concedidos às unidades consumidoras participantes do SCEE32, com efeito de 1,28%;
 - O início do recolhimento da cota CDE Conta Escassez, que visa o pagamento empréstimo contraído pelas distribuidoras e permissionária de energia elétrica destinado a reduzir os impactos financeiros dos custos referentes à compra de

energia no período de escassez hídrica de 2021, resultando em um efeito de 2,14% e;

- Os valores de ESS/ERR passam a fazer parte dos custos da distribuidora, com efeito de -1,40%.

- b) Custos de Transmissão. Os custos com transmissão tiveram um impacto de 2,49% no efeito final. Tal efeito deriva das novas tarifas de uso do sistema de distribuição, resultante do processo tarifário da supridora Celesc.

- c) Compra de Energia. O valor dos custos de compra de energia contribuiu com acréscimo de 0,50% na tarifa vigente, esse impacto sucede dos reajustes dos contratos de energia com a Cemig Geração e Transmissão, e com sua principal supridora, a Celesc

Com relação à Parcela B, sua participação no processo tarifário é de 16,39% da Receita, resultando num efeito de 0,34% na variação econômico-financeira da tarifa vigente.

Já em relação aos componentes financeiros, estes com efeito total de 0,19%, destacam se: (i) a Neutralidade de Encargos Setoriais, com impacto de 0,47%; e (ii) a previsão do risco hidrológico em 4,85%.

Ao resultado da variação econômica, de 6,42%, foram adicionados os componentes financeiros devidos, no total de 0,19%, que, somado à retirada dos financeiros do processo anterior (-0,37%), resultou no efeito médio final para o consumidor em 6,24%.

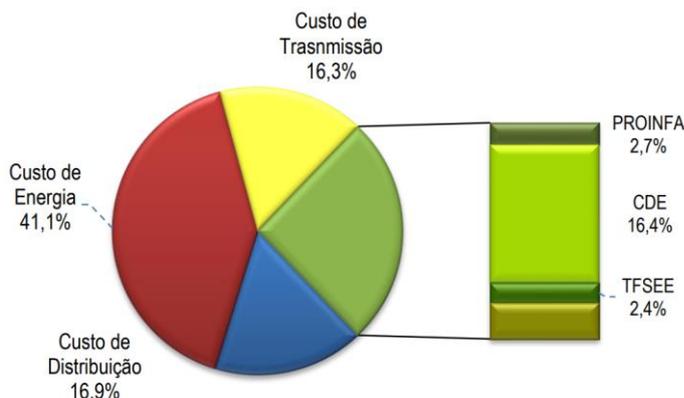
SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS

Quanto ao valor mensal da subvenção da CDE para descontos tarifário, a ser repassado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE à Cegero, no período entre setembro de 2023 a agosto de 2024, é de R\$ 446.350,71. Esse valor já inclui o ajuste da diferença entre os valores previstos e os realizados entre setembro de 2022 a agosto de 2023.

A Tabela a seguir demonstra o cálculo.

Tipo de Subsídio	Diferença cobertura e apurado	Previsão 2023/2024	Previsão 2023/2024 + Diferença
Subsídio Carga Fonte Incentivada	20.115,96	321.377,56	341.493,52
Subsídio Geração Fonte Incentivada	0,43	755,65	756,08
Subsídio Água, Esgoto e Saneamentr	(49,36)	-	(49,36)
Subsídio Rural	(1.153,12)	-	(1.153,12)
Subsídio - Irrigante/Aquicultor	933,49	20.594,04	21.527,52
Subsídio SCEE	39.342,67	44.433,39	83.776,06
TOTAL	59.190,07	387.160,64	446.350,71

O Gráfico apresenta a participação de cada segmento de custo na composição da receita da Distribuidora com tributos.



Pleitos Extraordinários

A Cegero informou que já estão confirmadas a migração de 27 unidades consumidoras industriais para o ambiente de contratação livre, a partir de 2024. Outras duas unidades migraram em abril de 2023. As migrações foram integrais e utilizarão fontes incentivadas, assim deverão ter o desconto de 50% na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição. Essas migrações representam 70% da carga da permissionária.

Como as migrações ainda ocorrerão, a permissionária não teria a devida compensação do subsídio para fonte incentivada, caso fossem seguidas as regras de cálculo de subsídio vigente. O subsídio estimado ao qual a permissionária teria direito caso as unidades consumidoras já estivessem em operação comercial totaliza R\$ 3.582.068,33, o que equivale a 26% da Parcela B da distribuidora. Por essa razão, esta solicitou a inclusão do montante na previsão do subsídio fonte incentivada.

Face ao impacto para permissionária, o diretor relator decidiu excepcionalmente acatar o pleito da Cegero. Esclarece-se que no próximo processo tarifário será realizado o cálculo do ajuste deste subsídio que irá considerar o efetivo mercado realizado.

Um outro ponto levantado pela Cegero refere-se ao impacto dessa migração nos cálculos da neutralidade dos encargos CDE GD e ESS/EER. Estes encargos são pagos por meio da Tarifa de Energia, ou seja, pelos consumidores cativos. Com a migração das 27 unidades consumidoras em abril/24, os consumidores cativos restantes pagarão por esses encargos por meio da neutralidade de financeiros no processo de 2024.

Com relação a esse aspecto, a regulamentação vigente não define uma forma de tratar o problema relatado. É fato que a CVE irá cobrir uma parte dos custos de ESS/EER indicado, mas a regulamentação vigente não indica formas de minimizar o problema. Diante disso, entendeu-se que não há como acatar a proposta da Cegero de forma a equalizar todas as questões que envolvem a migração desses consumidores.

Notas Conciliatórias Societária X Regulatória

17. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias, conforme segue:

BALANÇO PATRIMONIAL - REG. x SOC.	2023			2022		
	Societário	Ajustes CPC	Regulatório	Societário	Ajustes CPC	Regulatório
Ativo Circulante	33.034		33.034	29.907		29.907
Caixa e Equivalentes de Caixa	20.622		20.622	19.047		19.047
Caixa	5		5	2		2
Numerários em Trânsito	0		0	2		2
Bancos Conta Movimento	257		257	405		405
Aplicações no Mercado Aberto	20.360		20.360	18.638		18.638
Direitos Realizáveis	12.412		12.412	10.860		10.860
Consumidores	11.357		11.357	9.904		9.904
Encargos de Uso da Rede	193		193	1		1
Serviços em Curso	39		39	39		39
Almoxarifado Operacional	105		105	88		88
Ativos Financeiros Setoriais	297		297	345		345
Despesas pagas antecipadamente	34		34	67		67
Outros Ativos Circulantes	387		387	416		416
Não Circulante	37.813		37.813	34.570		34.570
Realizável a Longo Prazo	2.042		0	1.841		0
Outros Ativos não Circulantes	2.042	-2.042	0	1.841	-1.841	0
Investimento	155		155	91		91
Bens e Ativ. não Vinc. à Permissão	155		155	91		91
Bens de Uso	2.338		37.653	2.264		34.470
Imobilizado	2.338	35.315	37.653	2.264	32.206	34.470
Intangível	33.278		5	30.374		9
Intangível	33.278	-33.273	5	30.374	-30.365	9
Total do Ativo	70.847		70.847	64.477		64.477
Passivo Circulante	15.345		15.345	14.319		14.319
Fornecedores	6.224		6.224	5.159		5.159
Obrigações Sociais e Trabalhistas	916		916	900		900
Tributos	1.639		1.639	1.419		1.419
Encargos Setoriais	1.773		1.773	1.738		1.738
Passivos Financeiros Setoriais	3.855		3.855	4.307		4.307
Obrigações com Associados	25		25	0		0
Outros Passivos Circulantes	913		913	796		796
Passivo Não Circulante	1.083		1.083	854		854
Participação Financeira do Consumidor	1.083		1.083	854		854

Patrimônio Líquido	54.419		54.419	49.304		49.304
Capital Social	256		256	244		244
Reservas de Capital	53.329		53.329	48.421		48.421
Fundo de Reserva para Expansão e Melhorias	46.582		46.582	42.264		42.264
Fundo de Reserva	6.325		6.325	5.769		5.769
FATES	422		422	388		388
Sobras à Disposição da Assembleia	834		834	639		639
Total do Passivo	70.847		70.847	64.477		64.477

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO REG x SOC.	2023			2022		
	Societário	Ajustes CPC	Regulatório	Societário	Ajustes CPC	Regulatório
01. Receita Operacional Bruta	105.173		100.923	97.037		94.543
(+) Fornecimento de Energia Elétrica	42.001		42.001	52.539		52.539
(+) Disponibilização dos Sistemas de Transmissão e Dist.	54.324		54.324	43.515		43.515
(+) Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	1.173		1.173	(6.674)		(6.674)
(+) Serviços Cobráveis	63		63	50		50
(+) Doações, Contribuições e Subvenções	2.148		2.148	4.246		4.246
(+) Outros Ingressos e Rendas	5.464	(4.250)	1.214	3.361	(2.494)	867
02. Dedução da Receita Bruta	(37.134)		(37.134)	(35.870)		(35.870)
(-) Impostos e Contribuições Sobre os Ingressos	(16.126)		(16.126)	(18.019)		(18.019)
(-) Encargos do Consumidor	(21.008)		(21.008)	(17.851)		(17.851)
03. Receita Operacional Líquida (1+2)	68.039		63.789	61.167		58.673
04. Custo do Serviço de Energia Elétrica	(48.431)		(48.431)	(45.224)		(45.224)
(-) Dispêndios de Aquisição da Energia Elétrica	(36.116)		(36.116)	(35.011)		(35.011)
(-) Encargos de Transmissão, Conexão e Distribuição	(12.315)		(12.315)	(10.212)		(10.212)
05. Resultado Bruto da Comer. de Energia	19.608		15.358	15.943		13.449
06. Despesas Operacionais	(16.346)		(12.096)	(13.830)		(11.336)
(+) Recuperação de Despesas	104		104	110		110
(-) Pessoal e Administrativo	(5.915)		(5.915)	(5.572)		(5.572)
(-) Material	(566)		(566)	(616)		(616)
(-) Serviços de Terceiros	(2.050)		(2.050)	(1.794)		(1.794)
(-) Depreciações	(1.735)		(1.735)	(1.574)		(1.574)
(-) Arrendamento e Aluguéis	(518)		(518)	(486)		(486)
(-) Seguros	(90)		(90)	(76)		(76)
(-) Despesas Tributárias	(29)		(29)	(58)		(58)
(-) Doações, Contribuições e Subvenções	(377)		(377)	(455)		(455)
(-) Provisão P/ créditos de Liquidação Duvidosa	39		39	62		62
(-) Outras Despesas Operacionais	(5.209)	4.250	(959)	(3.370)	2.494	(877)
07. Resultado Operacional (5+6)	3.262		3.262	2.114		2.114
08. Resultado Financeiro	2.726		2.726	2.252		2.252
(+) Receita de Aplicação Financeira	2.421		2.421	1.861		1.861
(+) Outras Receitas Financeiras	668		668	867		867
(-) Outras Despesas Financeiras	(363)		(363)	(476)		(476)
09. Resultado Líquido (7+8)	5.988		5.988	4.366		4.366
10. Tributos e Contribuições S/Resultado	(885)		(885)	(647)		(647)
(-) Provisão Contribuição Social	(247)		(247)	(179)		(179)
(-) Provisão para Imposto de Renda	(638)		(638)	(467)		(467)
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	5.103		5.103	3.719		3.719
11. Resultados Abrangentes	457		457	543		543
(+) Reversão Reservas de Reavaliação	0		0	0		0
(+) Reversão Doações e Subvenções	0		0	0		0
(+) Reversão FATES	457		457	543		543
DEMONS. DAS DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS						

12. Base para Destinações (9+10+11)	5.560		5.560	4.262		4.262
13. Destinações Estatutárias	(4.726)		(4.726)	(3.623)		(3.623)
(-) Reserva Legal 10%	(556)		(556)	(426)		(426)
(-) FATES 5%	(278)		(278)	(213)		(213)
(-) Manutenção e Ampliação 70%	(3.892)		(3.892)	(2.984)		(2.984)
14. Sobras Líquidas do Período (12+13)	834		834	639		639

17.1 EFEITOS DE CONTABILIZAÇÃO DE CONTRATOS DE CONCESSÃO (ICPC 01)

17.1.1 ATIVO IMOBILIZADO

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzida de depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nos respectivos Tipos de Unidades de Cadastro - TUC, conforme determina a Resolução ANEEL 674/2015, às taxas anuais constantes da tabela anexa XVI - TAXAS DE DEPRECIAÇÃO.

Conforme determina o ICPC 01 e OCPC 05, os bens vinculados a contratos de permissão de serviço público devem ser classificados como Ativo financeiro indenizável e intangível.

17.1.2 ATIVO FINANCEIRO DA PERMISSÃO

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da permissão, classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão.

Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos consumidores.

Diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo apurado são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como Ajuste de Avaliação Patrimonial.

17.1.3 ATIVO INTANGÍVEL

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de permissão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado),

em consonância com as disposições das Deliberações CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008, 677, de 13 de dezembro de 2011 e 654, de 28 de dezembro de 2010, que aprovam respectivamente o CPC 04 – Ativos Intangíveis, os ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão e ICPC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciação e o OCPC 05 – Contrato de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição/construção, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A permissionária entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível exceda o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que, os registros contábeis e a base de cálculo da amortização regulatória são determinados pelo Agente Regulador.

17.1.4 RECEITA E CUSTO DE CONSTRUÇÃO (RESULTADO)

Os ajustes são decorrentes da aplicação do conceito do ICPC 01 E OCPC 05, que, por se tratar de ativo imobilizado em curso que já é vinculado à Concessão, deve ser reconhecido pelo IFRS como RECEITA DE CONSTRUÇÃO, e, no mesmo instante, reconhecido o CUSTO DE CONSTRUÇÃO do Ativo Intangível da Concessão.

17.2 CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DO RESULTADO SOCIETÁRIO E REGULATÓRIO

Os efeitos da atualização do Ativo Financeiro da Concessão são reconhecidos na contabilidade societária conforme as normas de contabilidade adotadas no Brasil (ICPC 01). Esta atualização produz efeitos sobre a provisão para o imposto de renda e contribuição social. Em 2023 não houve ainda a implantação do VNR (Valor Novo de Reposição).

Relatório dos Auditores Independentes

AUDICONSULT **AUDICONSULT Auditores S/S**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos

Srs. Associados e Administradores da

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE SÃO LUDGERO - CEGERO

São Ludgero – SC

Opinião

Examinamos as Demonstrações Contábeis Regulatórias – DCRs, da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE SÃO LUDGERO – CEGERO**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base nas disposições do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 933/2021 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE SÃO LUDGERO – CEGERO**, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de relatórios contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico definido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE SÃO LUDGERO – CEGERO**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Base contábil de Elaboração das Demonstrações Contábeis Regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 02 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis, que foram elaboradas para auxiliar a companhia a cumprir os requisitos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Consequentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins. Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto.

Outros Assuntos

A **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE SÃO LUDGERO – CEGERO**, elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado para os cotistas e administradores da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE SÃO LUDGERO – CEGERO**, com data de 23 de fevereiro de 2024.

Responsabilidades da administração e da governança pelas Demonstrações Contábeis Regulatórias

A administração da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE SÃO LUDGERO – CEGERO**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 933/2021 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e pelos

AUDICONSULT

AUDICONSULT Auditores S/S

controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.

Os responsáveis pela governança da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE SÃO LUDGERO – CEGERO**, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

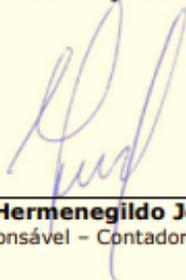
Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis Regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis Regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

São José (SC), 22 de março de 2024.



Hermenegildo João Vanoni
Sócio Responsável – Contador –CRC-SC 14.874/O-7

AUDICONSULT Auditores S/S
CRC-SC 4.012